

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**“Transição da Contabilidade Baseada no Custo Histórico para o Justo Valor:  
Suas Implicações na Transparência dos Resultados Reportados por Instituições  
Bancárias”**

**Estudante:** Crisódio José Elias

**Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças**

**Orientado por:** Jorge Manuel Afonso Alves

Bragança, outubro de 2015

## RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo identificar as implicações da transição da mensuração de ativos do custo histórico para o justo valor nos resultados reportados por bancos nigerianos e portugueses, no período compreendido entre 2000 a 2013. O estudo consistiu na análise dos *accruals* discricionários determinados a partir do modelo de Jones (1991) modificado e no exame de preditores dos *accruals* discricionários no período de aplicação do justo valor. Os resultados do estudo indicam que a qualidade dos resultados reportados pelos bancos estudados melhorou na transição do custo histórico para o justo valor, sendo que os *accruals* discricionários a partir da aplicação do justo valor podem ser explicados, em parte, pelas variações nos instrumentos financeiros disponíveis para venda e nas variações das provisões para créditos duvidosos.

**Palavras-chave:** Custo histórico, justo valor, resultados, bancos, *accruals*, discricionários

## **Abstract**

This dissertation has focused on how to identify the implications of assets measurement transitions in historic costs to the fair value on reported earnings by Nigerian and Portuguese banks, during the period between 2000 and 2013. The research was based on specific detailed discretionary accruals analysis per Jones (1991) modified model, and predictors examination of detailed accruals during the fair value interval. The study reveals that the earning quality reported was improved in the transition of historic costs to fair value, as the discretionary accruals of fair value period can be predicted by variation of financial instruments available for sales and variation of loan loss provisions.

**Key Words:** Historical cost, fair value, earnings, banks, accruals, discretionary

## RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo identificar las implicaciones de la transición de la medición de los activos a través del coste histórico para el valor justo sobre resultados reportados por los bancos nigerianos y portugueses durante el período comprendido entre 2000 y 2013. El estudio incluyó el análisis de *accruals* discrecionales determinados a partir del modelo de Jones (1991) modificado y en el examen de los predictores de *accruals* discrecionales en el período de aplicación del valor justo. Los resultados del estudio indican que la calidad de los resultados obtenidos por los bancos estudiados mejoró en la transición del costo histórico al valor justo, y los *accruals* discrecionales de la aplicación del valor justo pueden ser predichos en parte por las variaciones en los instrumentos financieros disponibles para la venta y las variaciones en las provisiones para deudas de dudoso cobro.

**Palabras clave:** Costo histórico, valor justo, resultados, bancos, *accruals*, discrecionales

À família Banze  
Por ser minha fonte de inspiração

## AGRADECIMENTOS

São muitos que de diferentes maneiras, alguns sem mesmo estarem apercebidos da utilidade que me rendiam, contribuíram para o bom êxito na frequência do meu mestrado em Contabilidade e Finanças incluída a dissertação. A toda essa grande maioria retribuo pela expressão de sincera gratidão contudo no quadro que me é permitido quero destacar os seguintes nomes:

Instituto Superior Politécnico de Gaza, Instituto de Cooperação- IP Camões e ao Instituto Politécnico de Bragança por terem cada um preenchido plenamente o compromisso de formação em virtude do contrato que cada uma das partes se predispôs a assumir;

Professor Jorge Manuel Afonso Alves pelo apoio exclusivo que deu em todo processo de investigação;

Acácio e Ana Maria Gonçalves, Paulo Alves, Aníbal Nunes, José Guilherme, Tiago Pereira, Rodrigo e Aleiça Costa, Paulo Martins, Joel e Raquel Gonçalves e Nuno Fernandes por terem facilitado o processo de integração e socialização em Bragança;

Para finalizar, os amigos: Hortêncio, Salvador, Ananias, Forquilha, Dimande, Zimba, Mangachaia, que exerceram um papel importante de encorajamento e companheirismo durante a longa estadia em Bragança.

# LISTA DE ABREVIATURAS

**AFT**- Ativos Fixos Tangíveis

**AF**- Autonomia Financeira

**AT**- Ativos Totais

**BCN**- Banco Central da Nigéria

**BP**- Banco de Portugal

**CA**- Custo Amortizado

**CF**- *Cash Flow*

**CH**- Custo Histórico

**CS**- Capital Social

**DAC**- *Discretionary Accruals ou Accruals* Discricionários

**DE**- Derivados Embutidos

**DF**- Demonstrações Financeiras

**ER**- Empréstimos e Recebíveis

**FAS**- *Financial Accounting Standard*

**FASB**- *Financial Accounting Standards Board*

**FCO**- Fluxo de Caixa Operacional

**IAS**- *International Accounting Standard*

**ICR**- Instrumentos de Cobertura de Risco

**IFDAM**- Instrumentos Financeiros Disponíveis até à Maturidade

**IFDJV**- Instrumentos Financeiros Definidos ao Justo Valor

**IFDPN**- Instrumentos Financeiros Disponíveis para Negociação

**IFDPV**- Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda

**IFRS**- *International Financial Reporting Standards*

**JV**- Justo Valor

**NDAC**- *Non Discretionary Accruals ou Accruals não* Discricionários

**NIC**- Normas Internacionais de Contabilidade

**NIRF**- Norma Internacional de Relato Financeiro

**PAT**- *Positive Accounting Theory*

**PB**- Produto Bancário

**PCD**- Provisões por Crédito Duvidoso

**PGSB-** Plano Geral do Sistema Bancário

**RAI-** Resultado Antes de Impostos

**RB-** Rendimento Bancário

**RC-** Rentabilidade de Capitais

**RL-** Resultado Líquido

**RO-** Resultado Operacional

**ROA-** Rentabilidade do Ativo Total

**ROB-** Resultado Operacional Bruto

**ROE-** Rentabilidade do Capital Próprio

**RRB-** Rentabilidade de Receitas Brutas

**SAS-** *Statement of Accounting Standards*

**SNC-** Sistema de Normalização Contabilística

**TAC-** *Total Accruals*

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	3
1.1. A Transparência dos Resultados e a Teoria Positiva da Contabilidade .....	3
1.2. Quadro Teórico das Bases de Mensuração: Custo Histórico e Justo Valor .....	7
1.2.1. Custo Histórico .....	7
1.2.2. Justo Valor.....	9
1.2.3. Abordagens Comparativas das Bases de Mensuração: Custo Histórico e Justo Valor.....	13
1.3. Contabilidade do Setor Bancário.....	15
1.3.1. Mudança na Contabilidade Bancária na Passagem Custo Histórico para o Justo Valor.....	15
1.3.2. Implicações da Implementação do Justo Valor nos Bancos .....	19
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	21
2.1. Fases da Análise de Dados.....	23
2.2. Modelos de Análise .....	23
<b>3. RESULTADOS</b> .....	28
3.1. Caracterização da Amostra .....	28
3.2. Análise da Qualidade dos Resultados.....	31
3.3. Análise Comparativa entre a Contabilidade Baseada no Custo Histórico e Justo Valor .	33
3.4. Preditores do Comportamento dos <i>Accruals</i> Discricionários .....	36
<b>CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO</b> .....	40
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42
<b>APÊNDICES</b> .....	48

# LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Bancos que constituem a amostra .....	22
<b>Tabela 2.</b> Taxas de câmbio usadas .....	23
<b>Tabela 3.</b> Caracterização da amostra por países e pela base de mensuração (JV e CH) .....	29
<b>Tabela 4.</b> Estatísticas descritivas para as variáveis do modelo [4] no período do JV.....	30
<b>Tabela 5.</b> Rácios financeiros médios do período (JV e CH).....	30
<b>Tabela 6.</b> Coeficientes médios de estimação do modelo [2] .....	31
<b>Tabela 7.</b> Teste t-Student para uma amostra .....	32
<b>Tabela 8.</b> Teste Mann-Whitney U para comparar grupos (JV e CH).....	33
<b>Tabela 9.</b> Regressão logística para prever a base de mensuração CH/JV .....	34
<b>Tabela 10.</b> Coeficientes de correlação de Pearson.....	36
<b>Tabela 11.</b> Regressão linear múltipla dos preditores dos accruals discricionários .....	37

# INTRODUÇÃO

O sistema financeiro mundial mudou significativamente nas últimas décadas, os bancos e muitos outros intermediários financeiros afastaram-se do seu papel tradicional de recepção de depósitos e fazer empréstimos (Allen & Santomero, 2001). Várias razões se podem considerar. Contudo, apresentam-se apenas duas: primeiro, os custos operacionais tornaram-se superiores às receitas provenientes das atividades tradicionais, sendo necessário acrescentar, na panóplia de negócios, mais serviços que pudessem tornar rentável o negócio da banca (Ogien, 2008). Segundo, a atividade bancária tornou-se, em consequência da diversificação dos serviços realizados e outros motivos, mais ariscada. Assim, foram desenvolvidos instrumentos financeiros diversos, não somente com objetivo de os negociar, mas antes para servir de cobertura, gestão e partilha do risco. São disso exemplo os derivados financeiros (Allen & Santomero, 2001).

As alterações anteriormente mencionadas, por um lado, deram uma imagem de um setor em plena evolução e expansão. Contudo, a crise que se abateu sobre o setor tornou questionável a medida da sua qualidade, eficiência e estabilidade (Banco Mundial, 2013). Por outro lado, as alterações mencionadas levaram a que a contabilidade do setor bancário passasse de uma evolução dos procedimentos de contabilização dos diferentes itens das Demonstrações Financeiras (DF) para uma indagação da pertinência das informações por ela divulgada (e.g. Laux & Leuz, 2010; Landsman, 2007; Penman, 2007).

Um exemplo da evolução da contabilidade bancária tem que ver com a passagem da mensuração dos instrumentos financeiros ao Custo Histórico (CH), posteriormente aprimorado passando a integrar reajustamentos ao preço do mercado para alguns instrumentos financeiros e atualmente ao Justo Valor (JV) (Beatty, 1995). Relativamente ao JV o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) orientou inicialmente a mensuração de todos os itens dos ativos incluindo empréstimos e depósitos ao JV. Posteriormente, estabeleceu uma certa diferenciação na mensuração em função das características apresentadas pelas diferentes categorias, permitindo assim o uso misto de diferentes bases existentes (Beatty, 1995).

A passagem do CH para o JV era em parte legítima e justificada pelo crescimento de mercados financeiros e por fortes transações dos instrumentos financeiros em tais mercados (Diana, 2009). Outros pensadores movidos por ideologias positivistas apontavam que o CH abria oportunidade para manipulação de resultados (Beatty, 1995). Assim sendo, vários países cuja contabilidade bancária era regulada por normas locais aderiram a normativos internacionais, por um lado, para responder às necessidades seculares da globalização, por outro lado, para se servirem de normas que sobretudo acautelassem a urgência da passagem para uma contabilização dos ativos que melhor refletisse os valores atualizados do mercado e permitissem aos investidores terem a real imagem do valor das empresas nas quais investem (Diana, 2009).

A evolução das normas contabilísticas, no que concerne à valorização dos ativos dos bancos, não impediu recentes perturbações financeiras globalizadas que foram infligidas aos bancos,

levando inclusivamente à falência de alguns que apresentavam aparentemente bons indicadores financeiros (Crockett, 2008). A sequência desses acontecimentos que afetaram o setor bancário em si e em consequência a contabilidade, suscitou que se levantasse para a presente dissertação a seguinte questão de investigação: Que implicação a transição da mensuração de certos ativos do CH para o JV trouxe aos resultados reportados pelos bancos?

A presente dissertação debate exaustivamente as diferentes particularidades existentes nas duas bases de mensuração, expondo os seus pontos negativos e positivos a nível teórico. Com a disposição de uma base de dados que abrange os dois períodos - do CH ao JV-, identifica-se a existência do comportamento discricionário nos bancos da amostra, comparando posteriormente a incidência dos *accruals* discricionários para os diferentes períodos. Adicionalmente procura identificar a relação causal da discrecionalidade com alguns itens das DF cuja contabilização se alterou com a transição das normas contabilísticas, ou seja, com a passagem dos CH para o JV.

Neste trabalho associam-se os *accruals* discricionários à falta de qualidade dos resultados, por via da abertura que as normas contabilísticas oferecem. Associam-se os períodos antes e depois da introdução das International Accounting Standards (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS) às duas bases de mensuração que encabeçaram a contabilidade nos dois períodos, nomeadamente do CH para o JV.

O setor bancário foi selecionado para o estudo por três aspetos. Primeiro, por ser, em comparação com o setor industrial, o menos estudado neste âmbito; segundo, é o setor que apresenta maior sensibilidade a crises económicas e financeiras; terceiro, por conter instrumentos complexos altamente voláteis em consequência das condições dos mercados.

O presente trabalho traz um contributo para a literatura que estuda a pertinência das bases de mensuração contabilísticas e fornece um sustento empírico que justifica as críticas levantadas em torno destas. Serve, certamente, para o proveito não apenas dos académicos, mas também dos diferentes utentes da informação contabilística para que possam fazer uma leitura cuidadosa da informação financeira, tendo em consideração as insuficiências que a contabilidade apresenta. Adicionalmente, as instituições normalizadoras podem também beneficiar do presente estudo de modo a aperfeiçoar a normalização contabilística.

Sequencialmente, apresentam-se ao longo do trabalho as seguintes secções: a primeira secção - Revisão da literatura - expõe os fundamentos teóricos em três pontos essenciais: aborda a *Positive Accounting Theory*<sup>1</sup> (PAT) que serve de alicerce da presente dissertação, discute teoricamente fundamentos das bases de mensuração do CH e do JV. Finalmente descreve a contabilidade bancária caracterizando os dois períodos antes e depois da implementação das IAS/IFRS. Ao longo da revisão da literatura são desenvolvidas as hipóteses de estudo. A segunda secção descreve a metodologia aplicada no estudo. A terceira exhibe os resultados empíricos, os quais são interpretados na base de trabalhos antecedentes. Por último, são apresentadas as conclusões do estudo e futuras linhas de investigação.

---

<sup>1</sup> Teoria Positiva da Contabilidade

# 1. REVISÃO DA LITERATURA

## 1.1. A Transparência dos Resultados e a Teoria Positiva da Contabilidade

Vários trabalhos empíricos foram realizados com objetivos diversificados e a maioria provou, no mínimo, que várias empresas divulgam nas suas DF resultados manipulados ou pouco transparentes (e.g. Ismail, Zijl & Dunstan, 2013; Goncharov & Zimmermann, 2006). A manipulação de resultados é definida por Healy e Wahlen (1999) como sendo uma ação tomada pelos gestores para alterar a real imagem das DF de modo a criar uma utopia sobre as partes interessadas pelo desempenho económico da empresa.

A manipulação de resultados pode tomar a forma de alisamento que é definida por Fundeberg e Tirole (1995) como sendo um processo que consiste em fazer parecer os resultados menos flutuantes. Para manipular resultados os gestores tomam ações que acrescentam os resultados quando os mesmos são baixos ou reduzem-nos quando eles aparentam ser elevados. Para tal, os gestores podem gerir a temporização dos itens com impacto sobre os resultados.

A manipulação de resultados antes abordada é supostamente efetuada dentro das regras contabilísticas. Tal como a maioria dos estudos, aqui não se faz distinção entre manipulação e fraude, sendo esta última desvinculada de qualquer norma contabilística (Moreira, 2009). Todo o tipo de manipulação de resultados incluída a fraude reduz a qualidade informativa das DF e os resultados reportados (Bhattacharya, Daouk & Welker, 2003).

A *PAT* sustenta a existência do comportamento manipulador nas DF e procura explicar este comportamento numa perspetiva contratual (Watts & Zimmerman, 1990). As empresas estão envolvidas num ambiente contratual explícito e implícito entre as partes interessadas pela empresa nomeadamente: acionistas, credores, fornecedores, clientes, instituições governamentais, administradores da empresa e trabalhadores. Cada um destes intervenientes

é movido pelo interesse próprio e com vista a maximizar a sua riqueza (Watts & Zimmerman, 1990).

Watts & Zimmerman (1990) identificam nesta relação contratual os custos inerentes, nomeadamente: custos de transação com mercado, custos de agência, custo de informação, custo de renegociação e custo de falência. Visto que os contratos e os custos associados convergem em variáveis contabilísticas, os gestores, como agentes racionais, escolhem políticas contabilísticas que maximizem a riqueza da empresa (ou a sua própria), minimizando os custos contratuais (Moreira, 2009). Partindo da base da *PAT* anteriormente apresentada, diferentes hipóteses foram propostas como explicativas da manipulação da informação financeira em estudos anteriores: a) hipótese de compensação, b) hipótese de contrato da dívida, c) hipótese de custos políticos, d) hipótese de pressão do mercado e e) hipótese de sinalização (Moreira, 2009).

*Hipótese de compensação:* é também conhecida por problemas de agência ou ainda relação principal e agente. Jensen e Meckling (1976) afirmam que existe uma relação contratual entre proprietários, os quais designaram de “o principal”, e uma ou mais pessoas que asseguram a gestão da empresa designados por “o agente”. Os mesmos autores admitem que se ambas as partes são maximizadoras de utilidade, há razões para afirmar que o agente não agirá sempre no melhor interesse do principal.

Vários autores fornecem evidências que apoiam que a manipulação de resultados pode dentre vários motivos estar associada a compensação dos gestores (e.g. Beaudoin, Cianci & Tsakumis, 2015; Laux & Laux, 2009; Bergstresser & Philippon, 2006; Baker, Collins & Reitega, 2003). Salientando conclusões de Baker *et al.* (2003), o uso de *stock options* é consistente com gestão de resultados.

De acordo com Baker *et al.* (2003) os gestores com expectativa de futuros incentivos em *stock options* terão a tendência de reduzir os resultados correntes, através de *accruals* discricionários fazendo assim reservas para o futuro. Na proximidade do período de compensação os gestores incrementam resultados via *accruals* discricionários, de modo que as suas opções se encontrem na posição *in the money*. Em virtude deste comportamento os autores encontraram uma relação inversa entre os *accruals* discricionários e a compensação baseada em opções sobretudo quando anúncios de compensação são realizados antecipadamente (Baker *et al.*, 2003).

*Hipótese de contrato da dívida:* tem uma forte relação com o exposto anteriormente. É também considerado um problema de agência onde a relação existente é entre os acionistas (por intermédio da gestão) e os credores. Os credores quando realizam contratos com as empresas impõem certas condições que asseguram a boa qualidade dos seus empréstimos, ou seja, certos níveis de indicadores financeiros devem ser observados. Quando violadas as condições, os credores tomam o direito de exercer medidas para evitar perdas maiores (Beineish & Press, 1993).

Neste contexto os gestores que representam os acionistas quando confrontados com esta situação são obrigados a tomar ações sobre a informação financeira divulgada minimizando

assim os custos associados à violação dos contratos com credores (Moreira, 2009). Há estudos que suportam empiricamente esta constatação (e.g. Kim, Lisic & Pevzner, 2011; Jaggi & Lee, 2002; Dichev & Skinner, 2002).

Evidenciando conclusões de Jaggi e Lee (2002), a escolha entre *accruals* discricionários positivos ou negativos depende da severidade dos problemas financeiros que a empresa apresenta. Os gestores incrementam os resultados por intermédio de *accruals* discricionários quando temporariamente a empresa enfrenta dificuldades. Assim sendo não há razões para que se entre em plano de reestruturação da dívida.

Quando o problema financeiro é severo e se perspectiva que no futuro se atinja o ponto de violação das cláusulas contratuais da dívida os gestores tendem a manipular resultados por intermédio de *accrual* negativos de modo a sinalizar a gravidade e negociar antecipadamente uma possível reestruturação da dívida (Jaggi & Lee, 2002).

*Hipótese de custos políticos:* segundo Mendes e Rodrigues (2007), está relacionada com o fato de certas empresas serem politicamente mais visíveis que outras e assim sendo são alvo de observação e suscitam censura por parte da opinião pública. Assim, estas empresas podem sofrer por consequência da opinião pública, intervenção governamental que pode originar custos designados custos políticos.

As intervenções governamentais podem estar relacionadas com exclusão ou redução de benefícios fiscais, exclusão de subvenções do Estado, imposição à empresa ao acréscimo de benefícios sociais, entre outros. Tome-se como exemplo empresas que se encontram em zonas francas, e que supostamente registem resultados muito altos, que podem em algum momento sofrer alguma intervenção governamental que reduza os benefícios fiscais ou ainda intervenção sindical que exija acréscimos de benefícios sociais aos trabalhadores criando assim custos políticos (Moreira, 2009).

Michelson, Wagner e Wootton (1995) concluíram que empresas que alisam resultados apresentam baixas médias de retornos anuais comparativamente com as que não praticam alisamento. Em contrapartida as empresas que alisam resultados apresentam valor elevado de capitalização de mercado. Segundo Mendes e Rodrigues (2007), a capitalização de mercado foi usada em vários estudos como *proxy* do tamanho da empresa, ou seja, os autores associavam o tamanho da empresa a maior visibilidade política, sendo que as empresas com maior capitalização de mercado tinham maior tendência a alisar os seus resultados.

Godfrey e Jones (1999) concluíram que as empresas sujeitas a transferências de riqueza por causa de sua exposição a custos políticos sindicais tendem a alisar os seus resultados. Estes autores mediram a visibilidade política associando-a ao grau de sindicalização da empresa. Deste modo, quando os membros do sindicato representam mais de 50% da classe trabalhadora a visibilidade política era considerada alta, caso contrário era considerada baixa.

*Hipótese de pressão do mercado:* é explicada por Moreira (2009, p.111) como partindo de uma intuição comum de qualquer gestor: “por experiência sabem que o mercado de capitais penaliza, por via da redução do preço das ações, as empresas que apresentam resultados negativos ou decréscimos de resultados. Sabem, também, que daí podem advir consequências

negativas para o *rating* da empresa, com efeitos no custo de capital. Os gestores procurarão em consequência manipular os resultados para atingir um nível aceitável”.

Alguns trabalhos fornecem evidências empíricas que confirmam a constatação anteriormente exposta (e.g. Abarbanell & Lehavy, 2003; Dumontier & Raffournier, 2002; Dumontier & Labelle, 1998). Os mesmos autores sustentam que a cotação das empresas é sensível as informações divulgadas relativas aos resultados da mesma. Portanto, os gestores têm a tendência a manipular resultados para influenciar sobre a cotação da empresa. Estas ações tomadas pelos gestores podem inclusivamente induzir a erros na avaliação da empresa (Dumontier & Raffournier, 2002).

*Hipótese de sinalização:* é explicada por Moreira (2009) como sendo uma ação tomada pelos gestores da empresa para alertar a qualidade da mesma indiretamente, isto é, divulgar discretamente informações ao mercado de capitais que valorizem a empresa sem que os concorrentes se apercebam das potencialidades da mesma. Tomando em consideração as conclusões de Healy e Palepu (2001), há assimetria de informação entre as empresas e o mercado de capitais, mediante esta evidência óbvia existe associação entre as divulgações feitas pelos gestores nos seus relatórios financeiros com as considerações do mercado de capitais e existe uma associação entre as divulgações feitas pelas empresas com as suas respetivas cotações no mercado.

Em geral, as características sinalizadoras das escolhas contabilísticas estão associadas à divulgação de informações privilegiadas, reduzindo a assimetria de informação entre gestores e o mercado (Moreira, 2009). Subramanyam (1996) confirma empiricamente esta teoria. O autor constatou que divulgações feitas podem induzir a boas perspectivas para os futuros rendimentos da empresa. Igualmente Healy e Palepu (2001) admitiram que a avaliação da cotação da empresa no mercado tem que ver com informações importantes divulgadas nos relatórios financeiros pelos gestores.

Considere-se o exemplo da fragmentação das ações abordada por alguns autores, por exemplo: Louis e Robinson (2005); Sankar e Subramanyam (2001); McNichols e Dravid (1990) e Asquith, Healy e Palepu (1989). Estes autores defendem que a fragmentação de ações (*stock split*) é uma medida tomada pelas empresas para sinalizar prosperidade da empresa no mercado de capitais e atrair investidores.

Segundo Louis e Robinson (2005) a prática da fragmentação de ações está associada com manipulação de resultados através de *accruals* discricionários. Os gestores reportam significativos e positivos *accruals* discricionários num período anterior ao anúncio da fragmentação das ações da empresa envolvida portanto foi encontrada no mesmo estudo uma correlação positiva entre *accruals* discricionários e anúncio de fragmentação de ações. Estes resultados são consistentes com estudos anteriores que usam a hipótese de sinalização como explicativa da manipulação de resultados.

Consistentes com os trabalhos realizados paralelamente à *PAT*, considerando que diferentes pressupostos da manipulação da informação financeira são convergentes com as escolhas contabilísticas realizadas pelos gestores e sabendo que a implementação generalizada

*IAS/IFRS* trouxe alterações da clássica base de mensuração do CH para a “nova” base de mensuração JV. A presente dissertação, partindo dos pressupostos defendidos pela *PAT*, procura analisar quais as implicações nos resultados reportados por instituições bancárias com a transição da mensuração de certos ativos pelo CH para o JV. Deste modo, o objetivo é verificar em que período- CH ou JV- os resultados reportados pelos bancos são mais transparentes.

## **1.2. Quadro Teórico das Bases de Mensuração: Custo Histórico e Justo Valor**

Estudos realizados em torno da história que envolve as bases de mensuração permitem perceber que debates em volta da valorimetria de elementos que constituem os relatórios financeiros datam de tempo consideravelmente longo (e.g. Georgiou & Jack, 2011; Richard, 2004). Richard (2004) na sua análise identifica três estágios do desenrolar histórico do JV: estágio estacionário, por volta dos anos 1800 a 1900; estágio dinâmico, entre os anos 1900 a 2000 e por fim o estágio contemporâneo, que coincide com a aplicação das IFRS em 2005 para o caso francês e para outros países da União Europeia.

A análise de Richard (2004) é paralela à história descrita por Georgiou e Jack (2011), a qual tem como referencial panorâmico a Inglaterra e os Estados Unidos da América (EUA). Georgiou e Jack (2011) fazem uma interpretação teórica da história do JV. Os autores baseiam-se na “teoria da legitimidade”, segundo a qual a contabilidade baseada no CH apenas gozou de uma legitimidade episódica como sendo a base contabilística primária.

Tanto a abordagem de Richard (2004) como a de Georgiou e Jack (2011) denotam que a procura do valor que possa melhor refletir a posição financeira das empresas foi sempre um assunto prioritário tanto para os operadores e investigadores no ramo contabilístico, como para os investidores, entidades estatais e os restantes utentes da contabilidade das empresas. Para que se explique a razão de ser destes debates contínuos é razoável que sejam brevemente apresentados pontos fundamentais que identificam as duas bases de mensuração de forma específica e evidenciar características básicas que diferenciam as bases de mensuração e expõem vantagens e desvantagens identificadas na aplicação das mesmas.

### **1.2.1. Custo Histórico**

Segundo Man, Ravas e Gadau (2011) chama-se CH ao valor representativo dos ativos, registado pela contabilidade, quando o bem ou direito é adquirido ou produzido pela empresa originando consequentemente pagamentos ou criação de dívida. Segundo o Sistema Normalização Contabilística (SNC) (Aviso n.º. 15 652/2009, § 98) “os ativos ao custo histórico são registados pela quantia de caixa, ou equivalente de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias,

pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa que se esperam que venham a ser pagos para satisfazer o passivo no decorrer dos negócios”.

Segundo Man *et al.* (2011), o CH é uma base de mensuração clássica. A sua primeira evidência oficial aparece em 1979 no projeto do plano de contas francês, após inumeráveis debates. Os mesmos autores afirmam que esta base de mensuração tem como suporte dois princípios fundamentais: a prudência e a standardização monetária. Considerando a standardização monetária, ignoram-se as flutuações do valor monetário e requer-se a avaliação dos bens adquiridos a título oneroso de acordo com o custo de aquisição, ou custo de produção para produtos fabricados pela empresa e de dívidas de acordo com o valor nominal e não ao valor presente.

A prudência, por sua vez é abordada por Saboly (2003), está associada com a ideia de proteção da entidade. Tem em vista proteger o capital físico e monetário da empresa e tem como vocação integrar incertezas nas DF. O mesmo autor afirma que a prudência atua sobre três domínios principais: valorização de ativos e passivos, provisões e amortizações. A prudência não privilegia o presente em detrimento do futuro, ou seja, o gestor deve tomar decisões que sirvam de precaução para situações de risco futuro. Nesse contexto, Saboly (2003) afirma que a valorização dos ativos é feita ao mais baixo custo, evitando ao máximo sobrevalorizar resultados e distribuir resultados fictícios. Desta forma, protegem-se os investidores e credores, mantendo assim a confiança.

Esta base de mensuração é caracterizada pela qualidade de fornecer valores verificáveis e objetivos. Ela reflete corretamente o valor do ativo no momento da sua aquisição, podendo-se afirmar que nessa altura o valor fornecido é o “justo”. Contudo, a inflação na economia tornou esta base de mensuração obsoleta. Durante os períodos inflacionistas, a contabilidade do CH fornece uma representação distorcida da realidade económica, esse fato influencia negativamente o desempenho da empresa, que não pode ser adequadamente avaliada (Man *et al.*, 2011).

Como resultado, os lucros são sobreavaliados. Nesse sentido, a empresa paga impostos inflacionados e distribui dividendos fictícios, o que contribui para a sua descapitalização (Man *et al.*, 2011). Esta situação agrava-se muito para empresas de prestação de serviços, financeiras e as de alta tecnologia cujos ativos são suscetíveis de flutuações constantes (Man *et al.*, 2011).

A literatura que trata sobre a passagem do CH para o JV acentua a questão da inflação (e.g. Man *et al.*, 2011; Diana, 2009 & Penman, 2007). Contudo, são interessantes certas constatações de Penman (2007) que dão um vislumbre sobre a visão atual da contabilidade que é essencialmente virada a maximização do valor dos acionistas.

Diana (2009) é consistente com Penman (2007) e explica a obsolescência do CH como estando relacionada ao desenvolvimento dos mercados de capitais, que impulsionou o comportamento das empresas americanas cotadas em bolsa de valores, passando a ter tendência a orientar a gestão para a criação de valor para os acionistas. Esta tendência, que posteriormente passou a se globalizar, afetou os modelos contabilísticos. Nesse contexto, a

valorização de ativos teve que se alterar de modo a achar-se um valor que melhor refletisse o nível de capitalização da empresa. Assim, a base de mensuração baseada no CH deixou de ser relevante.

Mediante a anterior constatação, nenhum julgamento prévio deve ser feito quanto a esta base contabilística porque a alteração não se focaliza em volta de um único aspeto: a inflação. As mudanças são orquestradas pelos diversos intervenientes na contabilidade das empresas, pelo que a mudança do seu comportamento e da sua visão dita novos princípios e novas maneiras de proceder (Labardin & Fabre, 2011).

#### **1.2.1.1. Limitações do Custo Histórico**

A contabilidade do CH apesar de ser coberta de algumas vantagens ligadas à sua objetividade e simplicidade está associada à prudência, a qual levantou suspeitas, entre elas o uso abusivo das suas regras de funcionamento perpetuando comportamentos discricionários dos dirigentes. Embora a sua conceção primária fosse tornar a informação financeira o mais fiável possível, foi necessário surgir uma “nova” base de mensuração que ao olhar das instituições normalizadoras melhor refletisse o valor dos ativos e da empresa (Saboly, 2003).

#### **1.2.2. Justo Valor**

O JV representa a quantia pela qual um ativo pode ser negociado ou uma dívida liquidada, em comum acordo, entre as partes familiarizadas com as circunstâncias, por ocasião de uma transação em que não haja relacionamento entre os intervenientes e onde o preço é objetivamente determinado (*FAS 157*, § 5). A *IFRS 13* define JV na sua conceção primária e progressivamente estabelece níveis hierárquicos nomeadamente o Nível 1,2 e 3 (*IFRS 13*, §§ 72 a 90).

O Nível 1 é baseado em preços observáveis, isto é, cotados em mercado ativo e acessíveis na data de mensuração. É preciso notar que ativos e passivos financeiros podem ser cotados em múltiplos mercados sendo que a escolha do JV deve ser criteriosa, isto é, respeitando a hierarquia dos mercados. O mercado principal é prioritário para achar o JV. Caso o valor não esteja disponível no mercado principal deverá recorrer-se dentre os diferentes mercados onde o ativo ou passivo é cotado, o mais vantajoso – o mercado cujo preço maximiza o valor líquido que seria recebido na troca do ativo. O JV do Nível 1 não deve sofrer reajustamento pois reduziria a sua qualidade para o JV do Nível 2 (*FAS 157*, §§ A22 & A23).

O Nível 2 não é baseado em preços cotados do ativo ou passivo por mensurar, mas antes no preço de um ativo ou passivo comparável e que este último esteja cotado. O Nível 2 inclui: preços cotados em mercado ativo, para ativos e passivos similares; e preços cotados para ativos e passivos idênticos em mercados não ativos e outros dados além dos preços cotados, que são observados para o ativo ou passivo como o caso de taxas de juros, curvas de rendimento, entre outros. Por exemplo, a mensuração de um edifício usado pode incluir o preço por metro quadrado de edifícios similares cujos preços sejam observáveis. Este preço poderá ser reajustado em alta ou em baixa consoante certos aspetos implícitos na transação (*FAS 157*, § A24).

O Nível 3 é baseado em preços estimados por modelos baseados nas seguintes abordagens: abordagem do mercado, abordagem de rendimentos esperados e abordagem de custos (*IFRS 13*, § 62). Na abordagem de mercado são usados preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos ou passivos idênticos ou comparáveis (*IFRS 13*, § B5). A abordagem do rendimento converte *Cash Flow (CF)* futuros para um único valor atual. As técnicas utilizadas incluem o ajuste ao valor presente, *Black-Scholes-Merton* e modelo Binominal. Na abordagem de rendimentos é usado o valor estimado que reflete teoricamente expectativas atuais do mercado (*IFRS 13*, § B10). A abordagem do custo é a quantidade que seria necessária atualmente para construir (ou substituir) um elemento com igual utilidade (*IFRS 13* § B8). Sempre que for possível obter dados relevantes observáveis - Níveis 1 e 2- o Nível 3 deve ser evitado (*IFRS 13* § 87).

O termo JV é sinônimo de outros termos usados por Barth (1994): *mark-to-market*; *market value based*; e *market value accounting*. Neste contexto, a aplicação do JV na sua concepção primária subentende que as condições seguintes sejam satisfeitas (*FAS 157*, § 8):

*Existência de um mercado ativo ou principal*: a *FAS 157* define mercado ativo como sendo aquele em que a entidade que relata pode vender o ativo ou transferir a responsabilidade com maior volume e maior nível de atividade para o ativo ou passivo em causa (*FAS 157*, § 8). A obtenção do JV assume que a venda dos ativos ou a transferência de passivos ocorre num mercado principal onde somente a ausência pode procurar identificar o mercado de referência ou o mais vantajoso.

*Existência do mercado mais vantajoso*: ou seja, mercado de referência, designado pelo IASB e pelo *FASB* como sendo o *the most advantageous*. Tomando em consideração a definição dada pelo *FASB*: “*most advantageous market* é o mercado em que a entidade que relata pode vender o ativo ou transferir o passivo com o preço (valor líquido, isto é, deduzido dos custos de transação) que maximiza o valor que seria recebido para o ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, considerando-se os custos de transação no mercado respetivo” (*FAS 157*, § 8).

Segundo a *FAS 157*, seja no mercado principal seja no mercado mais vantajoso, os participantes são sempre os compradores e vendedores que cumulativamente observam as seguintes condições: ambos são independentes da instituição que reporta; experientes, que tenham compreensão razoável sobre o ativo ou passivo e a transação, com base em todas as informações disponíveis, incluindo informações que possam ser obtidas por meio de esforços de *due diligence* que sejam habituais; e dispostos a voluntariamente transacionar ativos ou passivos (*FAS 157*, § 10).

#### **1.2.2.1. Limitações do Justo Valor**

A concepção primária da mensuração dos elementos contabilísticos pelo JV é razoável. Contudo, há que considerar a diferença clara existente entre concepção e implementação. A implementação da contabilidade do JV ao longo do tempo tem vindo a demonstrar certas limitações (Penman, 2007).

De acordo com Barth (2004) a contabilidade do JV apresenta como principal limitação a volatilidade das DF. Pode-se definir volatilidade das DF como sendo as variações dos valores de itens das DF. Como foi explicado, o principal objetivo do JV é que os valores divulgados nas DF reflitam exatamente os preços do mercado e como as expectativas do mercado podem variar é aceitável que haja volatilidade, o que se subentende como uma vantagem e não como uma limitação (Enria, Cappiello, Dierick, Grittini, Haralambous, Maddaloni, Molitor, Pires & Poloni, 2004). Contudo, a volatilidade pode ser causada por fatores controversos. A essa volatilidade, Enria *et al.* (2004) designa de “artificial”. Barth (2004) identifica três fatores principais da volatilidade ou limitações do JV: subjetividade na estimação, variação de parâmetros económicos subjacentes, e uso misto das bases de mensuração.

*Subjetividade na estimação:* Segundo Penman (2007), os pontos negativos da contabilidade do JV começam a acumular-se quando o valor relevante observável não é disponível. Como anteriormente exposto, na impossibilidade de se obterem valores do mercado pode-se proceder com a estimação dos mesmos, na base dos modelos baseados nos rendimentos, mercado e custo.

Segundo Krumwiede (2008), a estimação depara-se com as seguintes questões: Como pode o gestor efetivamente prever por quantos anos mais um produto particular poderá ser vendido? O montante de futuras vendas e flutuações de preços? Futuros custos operacionais? Como a economia poderá afetar as vendas dos produtos nos anos futuros? Que nível de risco incorporar na taxa de desconto dos *CF*? Como a taxa de desconto pode ser ajustada às expectativas da inflação? Por quanto tempo excessos em *CF* ou resultados serão gerados por causa de goodwill?

Damodaran (2002) denuncia a subjetividade do JV nos seguintes termos: os *CF* esperados futuramente num horizonte temporal médio a longo são suportados por pressupostos económicos não essencialmente observáveis, nomeadamente as taxas de atualização usadas para estimar o valor presente refletem o JV quando imediatamente corresponderem às variações económicas durante o horizonte temporal da vida útil do ativo ou passivo em avaliação.

Relativamente ao modelo baseado no custo, King (2002) afirma que é aceitável, na medida em que não haja variações significativas ao nível tecnológico - para o caso de ativos como equipamentos e materiais industriais - ou variações económicas significativas no mercado podendo comprometer a avaliação fiável dos ativos em causa. Por outras palavras, a avaliação dos ativos com base no custo envolve uma série de reajustamentos relacionados com a depreciação física do ativo, depreciação funcional (utilidade do ativo), depreciação económica, vida útil restante. Ora, se avanços ao nível tecnológico forem frequentes ou alterações económicas significativas, o risco de o ativo disponível no mercado apresentar valor diferente do ativo que se pretende valorizar é maior (King, 2002).

Também a avaliação baseada no mercado, envolvendo sobretudo a identificação de um ativo similar ao que se pretende avaliar, é muitas vezes confrontada com a dificuldade de encontrar um ativo que seja efetivamente similar (Damodaran, 2010). Na impossibilidade de encontrar

ativos efetivamente similares os avaliadores são obrigados a fazer uma série de reajustes que fazem o método acarretar alguma subjetividade (Damodaran, 2010).

*Varição de parâmetros económicos subjacentes:* a liquidez do mercado afeta a fiabilidade do valor estimado dos ativos e passivos no balanço, na mensuração ao JV. Parece conveniente iniciar-se por contextualizar o conceito de liquidez que está implícito nesta abordagem. Segundo Crockett (2008), a liquidez pode ser vista em mais ou menos dois sentidos: a primeira é a disponibilidade que uma empresa pode ter em caixa, esta disponibilidade pode ser gerada pela própria empresa ou obtida via crédito em outras instituições; a segunda é a capacidade que a empresa tem de converter itens que possui nos seus ativos em dinheiro. Esta conversão deve tomar em consideração quatro aspetos importantes: as transações devem ser realizadas sem efetuar alterações indevidas de preços, a diferença entre o preço de compra e venda não deve ser desmedida, o tempo de realização da conversão deve ser consideravelmente reduzido e os custos de conversão devem ser relativamente baixos.

Sendo que as empresas realizam transações num determinado mercado surge um segundo conceito: liquidez do mercado. Crockett (2008) define como sendo a capacidade de se realizarem transações de ativos no mercado sem perturbar os preços subjacentes. Certos determinantes devem ser observados para se considerar um mercado líquido: a existência de número significativo de compradores e vendedores, a existência de transparência nos ativos transacionados, e a eficiência do mercado de modo a transacionar os ativos a custo razoavelmente baixo.

Algumas investigações (e.g. Allen & Carletti, 2008, 2006) suportam que nos momentos de recessão económica e quando os ativos são avaliados pelo JV os preços dos mesmos em alguns mercados refletem o montante de liquidez disponível nesse período, negligenciando o poder do ativo em gerar potenciais *CF* futuros. Neste caso, o valor dos ativos em momentos de crise está abaixo do seu valor fundamental. Adicionalmente, Allen e Carletti (2008) indicam que o problema anteriormente referido pode ter um efeito contagiante entre instituições.

O problema de liquidez acontece em períodos em que a economia se encontra em crise. A crise financeira de 2007 evidenciou a limitação do JV perante a situação de iliquidez do mercado (Laux & Leuz, 2010). Devidas as consequências sérias causadas pela iliquidez, o *FASB* esteve sob pressão política tendo cedido parcialmente, acordando mais flexibilidade na implementação das normas do JV (Fargher & Zhang, 2014). Por exemplo, a *FAS 157* concede maior poder aos gestores de julgarem sobre o estado do mercado, não reunindo condições para ser considerado líquido, os gestores podem facilmente mudar para os modelos de estimação.

Alguns autores (e.g. Fargher & Zhang, 2014; Laux & Leuz, 2010) admitem que a conceção de maior flexibilidade na implementação das normas do JV podem estar associadas com um maior nível de discricionariedade, ou seja, a flexibilidade acrescida acompanhada pela assimetria de informação entre gestores e outros utentes da informação financeira da empresa abre possibilidade de gerir os resultados e baixa a qualidade informativa das DF. Por exemplo, Laux e Leuz (2010) indicam que ativos valorizados segundo o Nível 1 durante a crise

apresentavam decréscimo do valor, enquanto ativos mensurados com base no Nível 2 apresentavam acréscimo. Mediante esta situação, os autores demonstram que durante o mesmo período houve passagem significativa do Nível 1 para o Nível 2 e 3, baseada em preços não observáveis para evitar o reconhecimento de perdas (Laux & Leuz, 2010).

Concluindo, a variação de parâmetros económicos afetam a mensuração pelo JV embora não sejam originados ou facilmente controlados pela contabilidade. Ainda assim este fator deve ser conhecido pelos utentes da informação contabilística como limitante do JV e que os gestores podem beneficiar para manipular resultados. Também deve ser conhecido para melhor poder interpretar as informações divulgadas e ainda conhecer o grau de risco que representa a empresa. Os operadores contabilísticos devem no seu contexto aprimorar mais as suas técnicas de previsão e mencionar nos relatórios e contas as alterações importantes engendradas por variações económicas constatadas (Barth, 2004).

*Uso misto das bases de mensuração:* Segundo Novoa, Scarlata e Solé (2009) os itens das DF podem ser mensurados por diferentes bases, nomeadamente: CH, JV e Custo Amortizado (CA). O uso das diferentes bases de mensuração tem que ver com a característica de ativo ou passivo em causa. Para os ativos e passivos financeiros, a intenção do gestor para com o ativo ou passivo em causa, conta muito para selecionar a base de mensuração a aplicar<sup>2</sup>.

Novoa *et al.* (2009) demonstra no seu estudo que durante o período de 2007, tanto bancos americanos como europeus, tinham mensurado de forma desequilibrada os ativos em relação aos passivos. Isto é, mais ativos tinham sido mensurados ao JV do que os correspondentes passivos. O modelo misto de mensuração pretende ser o mais neutro possível sem enfatizar uma base em detrimento da outra, mas a sua aplicação desigual aos balanços produz volatilidade na contabilidade e não capta os efeitos de eventos económicos em todos os instrumentos incluídos nas DF (Novoa *et al.*, 2009).

Por exemplo, supondo que elementos do ativo foram na sua maioria mensurado ao JV e que os elementos do passivo foram avaliados na generalidade ao CH. Considerando que surjam alterações nas taxas de juro no mercado, tais alterações poderão ter um impacto sobre o valor dos ativos contabilizados ao JV. Ora, essa alteração não será reconhecida nos passivos embora na realidade tenha ocorrido. Assim, este desequilíbrio cria impacto indesejável na qualidade da informação financeira bem como nos resultados reportados pelos bancos (Barth, 2004).

### **1.2.3. Abordagens Comparativas das Bases de Mensuração: Custo Histórico e Justo Valor**

A abordagem feita anteriormente, em torno das duas importantes bases de mensuração contabilística, apresentou os pontos relevantes que constituem as vantagens e outros que constituem limitações acarretadas pela implementação das mesmas. Debates em torno das vantagens e insuficiências destas bases de mensuração contabilísticas suscitaram interesse,

---

<sup>2</sup> Na próxima secção fornecer-se-ão detalhes sobre a contabilidade bancária que tem tais especificações.

particularmente, quando orientadas na comparação das mesmas no que concerne à sua relevância na informação divulgada nas DF das empresas.

Khurana e Kim (2003) estabelecem uma comparação entre o JV e o CH em termos da qualidade informativa para explicar o valor patrimonial. Estes autores trabalharam com uma amostra constituída por um total de 302 bancos comerciais disponíveis na base de dados COMPUSTAT durante o período de 1995 a 1998. Este estudo levou à conclusão de que o CH é mais informativo apenas em bancos de pequena dimensão ou em bancos cuja envolvente fornece menor transparência informativa. Em geral os autores concluíram que a mensuração ao JV fornece informação mais relevante para prever o valor patrimonial dos bancos quando os valores objetivos do mercado se encontram disponíveis.

Barth *et al.* (1995) basearam-se na avaliação de títulos de investimento para compararem o efeito na volatilidade dos resultados sob o JV e o CH a partir duma amostra constituída por bancos norte americanos, no período compreendido entre 1971 a 1990, e concluíram que o JV apresenta maior volatilidade comparativamente ao CH, embora tal volatilidade crescente não fosse refletida sobre o preço das ações. Landsman (2007) permite notar que a mensuração ao JV proporciona maior valor informativo para os investidores, porém está associada a erros de estimação.

Com base na literatura anteriormente exposta que compara as duas principais bases de mensuração contabilísticas, o presente trabalho apresenta um contributo para os debates positivistas em torno das duas bases de mensuração restringindo-se apenas ao setor bancário e analisando a existência da gestão de resultados no setor, para posteriormente comparar a incidência para dois períodos distintos: antes da implementação das *IAS/IFRS* e após a implementação, sabendo que o período anterior é caracterizado por ter como base de mensuração o CH e a transição para a implementação das *IAS/IFRS* coincide com a implementação do JV, como base de mensuração em substituição à anterior. Para o efeito avança-se a seguinte hipótese de investigação:

***H1: A transição do CH para o JV melhorou a qualidade dos resultados divulgados pelos bancos.***

O setor bancário que foi objeto de estudo no presente trabalho é caracterizado pela sua especificidade e clara distinção do setor industrial. A subsecção seguinte passará a expor em grandes linhas os aspetos essenciais da sua contabilidade e das grandes alterações sofridas após a transição da mensuração dos elementos contabilísticos baseada no CH para o JV.

## 1.3. Contabilidade do Setor Bancário

### 1.3.1. Mudança na Contabilidade Bancária na Passagem Custo Histórico para o Justo Valor

A contabilidade bancária nos países que constituíram objeto de estudo do presente trabalho sofreu importantes alterações após a introdução das *IAS/IFRS*. Em Portugal, o Decreto-lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, Aviso n.º1/2005, de 21 de fevereiro e a Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, promulgado pelo Banco de Portugal (BP), orientaram que as instituições financeiras passassem, no mesmo ano, a implementar as Normas Internacionais da Contabilidade (NIC) baseadas nas *IAS/IFRS* em substituição ao Plano Geral do Sistema Bancário (PGSB) divulgado através da Instrução 4/96, do BP.

Na Nigéria os bancos foram instruídos, pelo Banco Central da Nigéria (BCN), a aplicar as *IAS/IFRS* em 2010 embora tenha sido apenas em 2011 que a *Financial Reporting Council of Nigeria ACT* criou a estabilidade legal necessária para que todas as empresas públicas e privadas passassem a aplicar as *IAS/IFRS*. Por essa razão, as DF com base nas *IAS/IFRS*, em substituição das *Statement of Accounting Standards (SAS)*, passaram a ser preparadas e apresentadas a partir de 2012 (Terzungwe, 2012).

A alteração mais importante tem que ver com a base contabilística usada para mensuração dos ativos e passivos dos bancos. Com base no PGSB<sup>3</sup>, apresentam-se algumas diferenças na mensuração de certos itens das DF com maior destaque para os instrumentos financeiros.

Na contabilização pelo CH, os títulos-investimento e títulos a vencimento eram avaliados ao custo de aquisição ou ao valor nominal (Instrução 4/96, Cap. V, § 2). Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal eram registados ao valor de aquisição. Os juros eram contabilizados em contas de rendimentos e os títulos emitidos a valor descontado eram registados ao valor nominal. O diferencial entre o valor nominal e o valor de aquisição era registado como rendimento diferido (Instrução 4/96, Cap. VII, § 3.2).

Os títulos de negociação observavam as seguintes regras: os títulos de rendimento fixo eram escriturados ao valor global de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação do mercado. Na ausência de cotação eram reavaliados ao valor da componente capital correspondente à diferença entre o valor de aquisição e os juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal. As alterações resultantes da reavaliação tinham impacto no valor registado desses títulos e sobre rendimentos ou gastos (Instrução 4/96, Cap. VII, § 3.1).

Os títulos cujo rendimento é constituído por uma parte fixa e uma parte variável eram valorizados à cotação do mercado adicionada dos juros corridos relativos à remuneração mínima garantida. Os títulos de rendimento variável eram igualmente valorizados à cotação do mercado. Na ausência seria ao menor valor de aquisição ou presumível do mercado (Instrução 4/96, Cap. VII, § 3.1).

---

<sup>3</sup> Não foi possível obter informação equivalente relativamente às SAS na Nigéria.

Os contratos de futuros e opções deviam ser classificados em duas categorias: contratos de negociação ou contratos de cobertura. As posições de negociação em futuros e opções transacionados em mercados organizados deviam ser mensurados com base na cotação do mercado sendo que os rendimentos e gastos daí resultantes deviam ser refletidos em contas de resultados (Instrução 4/96, Cap. VII, §§ 18.1, 18.2).

As posições de cobertura tinham que satisfazer cumulativamente as seguintes condições: risco eminente, consistentemente qualificados como derivados de cobertura, muito provável que existisse alterações no valor do instrumento de cobertura e permanência da operação de cobertura. Enquanto estas condições fossem satisfeitas as posições de cobertura eram registadas ao custo de aquisição (Instrução 4/96, Cap. VII, § 18.3). Nos instrumentos financeiros com opção incorporada, a opção devia ser objeto de relevação contabilística autónoma do instrumento financeiro em que está associado, aplicando-se a essa opção a avaliação segundo os critérios já apresentados e a relevação de resultados (PGSB, Cap. VII, § 18.9).

Os *swaps* de taxas de juro, contratos futuros e opções deviam ser classificados como sendo de negociação ou de cobertura. Os *swaps* de negociação eram valorizados por intermédio dos métodos de avaliação, nomeadamente: método obrigacionista, método de custo e outros métodos que produzissem efeitos similares aos anteriores. Relativamente aos *swaps* de cobertura deviam ser avaliados pelo custo histórico, ou seja, registo dos fluxos de juros corridos, de acordo com o princípio/pressuposto do acréscimo (PGSB, Cap. VII, §§ 19.2, 19.3).

Os restantes elementos patrimoniais tais como: disponibilidades, empréstimos e ativos fixos intangíveis eram mantidos ao seu custo de aquisição. Os depósitos e outros passivos eram mantidos ao seu valor contratual, ou seja, ao valor constatado no momento do seu reconhecimento (PGSB, Cap. V, § 6).

Nos parágrafos anteriores o termo valor ou preço do mercado foi bastante mencionado como forma de mensuração de determinados ativos, o que permite concluir que antes da implementação da contabilidade do JV era comum o uso da cotação do mercado para valorizar ativos consoante as suas características específicas. A constatação anterior é verdadeira. Contudo, não se pode confundir com o JV pois este último baseia-se em princípios específicos e categorias adicionais à cotação do mercado (Ogien, 2008). A seguir apresentam-se as alterações realizadas no período da contabilidade do JV.

A IAS 39 reagrupa os instrumentos financeiros (ativos e passivos) nas seguintes categorias<sup>4</sup>: Ativos financeiros ao JV através de resultados, dentro desta categoria identificam-se dois subgrupos: os Instrumentos Financeiros Detidos para Negociação (IFDPN) e Instrumentos Financeiros Definidos ao JV (IFDJV), Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda (IFDPV), Instrumentos Financeiros Detidos até à Maturidade (IFDAM), e Empréstimos e Recebíveis (ER).

---

<sup>4</sup> Nos EUA, a FAS 107 recomendava que todos os instrumentos financeiros incluindo Depósitos e Empréstimos fossem mensurados ao JV sem fazer distinção por categorias. As categorias de instrumentos financeiros foram criadas em 1993 com a introdução da FAS 115.

Os IFDPN caracterizam-se por serem transacionados ativamente, são mantidos com o objetivo de gerar ganhos por flutuações de preço ou na margem de negociação a curto prazo. Por outras palavras são adquiridos com finalidade especulativa. Os IFDPV caracterizam-se por serem adquiridos com a intenção de os vender antes de atingir a maturidade e não incluem os derivados. Os IFDPV não são especulativos. Contudo, estão contidos na política de liquidez pela flexibilidade que têm de serem vendidos antes da sua maturidade (*IAS 39*, § 9).

Os IFDAM, tal como os IFDPV, não incluem derivados, mas diferem no contexto em que são adquiridos com a intenção de serem mantidos até à maturidade. Os ER por sua vez são ativos com rendimentos constantes, ou seja, facilmente determináveis e previsíveis, geralmente não são cotados em mercados financeiros. Os ER não incluem derivados (*IAS 39*, § 9).

Para além das 4 categorias anteriormente descritas há certas classes de instrumentos financeiros tratados pela *IAS 39* de forma específica: Instrumentos de Cobertura de Risco (ICR) e Derivados Embutidos (DE). Os ICR são maioritariamente derivados: opções, futuros, *swaps* e *forwards*. Os ICR são exclusivamente relacionados com a cobertura de riscos de variação do JV ou flutuação de CF dos ativos e passivos reconhecidos pelas instituições (*IAS 39*, §§ 72, AG9). Alguns ativos ou passivos financeiros não derivados podem ser classificados como ICR quando a intenção é fazer cobertura do risco de flutuação de moeda estrangeira ou risco de crédito (*IAS 39*, §§ 72, 81).

Os DE são instrumentos financeiros híbridos compostos por um derivado e um outro instrumento financeiro não derivado. Na contabilidade do JV não são valorizados separadamente, salvo em casos específicos por exemplo quando o híbrido é composto para além do derivado, de um instrumento financeiro ao JV através de resultados, cujas características económicas e os riscos do derivado embutido não estão correlacionados com as características económicas e os riscos do instrumento acolhedor (*IAS 39*, §§ 10, 11).

Segundo a *IAS 39* a mensuração dos instrumentos financeiros ocorre em duas etapas: a inicial e as subsequentes. A mensuração inicial é realizada aquando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo. Sabe-se que o reconhecimento inicial ocorre quando, e somente quando, a entidade se torna uma das partes contratantes do instrumento em causa (*IAS 39*, § 14). A mensuração inicial para todos os instrumentos financeiros é realizada ao JV sendo esta uma das grandes diferenças face à mensuração pelo CH (*IAS 39*, § 43).

Após a mensuração inicial são disponíveis pelo menos três bases de mensuração: JV, CA e ao Custo. A mensuração subsequente deverá ser realizada em conformidade com o tipo ou categoria em que o instrumento se encontra classificado, ou seja, o contabilista deverá observar duas condições essenciais para decidir a base de mensuração a aplicar: a) o modelo económico seguido pela empresa para gerir os seus instrumentos financeiros; b) a característica dos CF contratuais do instrumento em causa (*IFRS 9*, § 4).

O CA de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro é a quantia pela qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método do juro efetivo, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos

qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrávelidade (*IAS 39*, § 9).

Os instrumentos financeiros são mensurados ao CA quando satisfazem às duas condições seguintes: a) a detenção do ativo está associada a um modelo económico onde o objetivo é manter o ativo de modo a receber *CF* contratuais; b) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são exclusivamente os reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o valor principal (*IFRS 9*, § 4). Tomando em consideração estas condições, os instrumentos a serem mensurados nas fases subsequentes pelo CA são os IFDAM e ER (*IAS 39*, § 46). Os investimentos em instrumentos de capital que não tenham cotação em mercado ativo cujo JV não pode ser estimado com fiabilidade, e derivados que estejam ligados ao tal instrumento de capital e que devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos de capital não cotados devem ser mensurados ao Custo (*IAS 39*, § 46).

Os ativos cujas características não são conformes às condições indicadas para a mensuração ao CA devem ser mensurados ao JV. Fazem parte destes ativos a mensurar ao JV os DJV, IFDPN, IFDPV e derivados (Com finalidade de cobertura e os mantidos com finalidade especulativa ou para simples negociação). Relativamente aos passivos, na mensuração subsequente são todos mensurados ao CA, exceto os passivos ao JV através de resultados, dos quais derivados que não estejam associados a instrumentos de capital não cotados e os seguros financeiros (*IAS 39*, § 47). Os DE, ou seja, o híbrido na sua íntegra deve ser designado como ativo ou passivo ao JV através de resultados e como é evidente mensurado ao JV (*IAS 39*, § 11A).

Os ganhos ou perdas resultantes das flutuações do JV devem ser reconhecidas observando os rendimentos e gastos nas DF simplesmente enquanto os procedentes de IFDPV devem ser constados em demonstração dos resultados abrangentes (*Comprehensive Income*). O mesmo procedimento não é válido para os itens mensurados ao CA e ao Custo (*IAS 39*, § 55).

Os itens mensurados ao CA e ao Custo devem ser sujeitos a testes de imparidade, quando se julgar que existem indícios. Quando se constatar que um IFDAM, ER ou instrumento de capital não cotado (Tais são os itens não mensurados ao JV) está em imparidade, o valor contabilizado deverá ser deduzido e a perda procedente deverá ser constatada em resultados (*IAS 39*, §§ 58, 63 & 66).

Antes das alterações sofridas em 2008 na *IAS 39* e na *IFRS 7* era permitida, com muitas restrições, a reclassificação de uma categoria para outra. Os IFDAM eram em casos limitados reclassificados apenas para os IFDPV. Os IFDPV podiam apenas ser reclassificados para IFDAM. Um instrumento classificado como IFDPN não podia em nenhum caso ser reclassificado para IFDPV ou para IFDAM. De igual forma os IFDPV e IFDAM não podiam ser reclassificados como IFDPN (Ogden, 2008).

Com a emenda da *IAS 39* e *IFRS 7* de outubro de 2008, a reclassificação de um instrumento financeiro não derivado (que não seja IFDJV) podia ser realizada, deixando este de ser um instrumento ao JV através de resultados, em raras circunstâncias. Com a mesma emenda

passou a ser possível reclassificar um IFDPV para ER desde que a empresa tenha a capacidade de manter tal instrumento financeiro até à maturidade (*IAS 39, IFRS 7 Emendas 2008 § IN8A*). As restrições de reclassificação foram mantidas para derivados, que não podem ser reclassificados fora da categoria dos instrumentos ao JV através de resultados (*IAS 39 & IFRS 7 Emendas 2008 §§ 50,50D & 50F*).

### **1.3.2. Implicações da Implementação do Justo Valor nos Bancos**

Debates em volta das implicações procedentes da implementação do JV tem sido realizadas há algumas décadas e continua interessante pela sensibilidade que o setor financeiro apresenta causando alterações frequentes das normas contabilísticas associadas. Os trabalhos realizados neste domínio são diversos (e.g. Barth, Beaver & Landsman, 1996; Eccher, Ramesh & Thiagarajan, 1996; Nelson, 1996; Beatty, 1995; Barth, Landsman & Wahlen, 1995; Barth, 1994; Barth, Beaver & Wolfson, 1990).

Mediante a *FAS 115* e a *IAS 39*, Beatty (1995) constatou que a criação de categorias sobretudo a inflexibilidade na reclassificação dos itens incorporados numa determinada classe inicialmente poderia obrigar os bancos a alterar a sua política de gestão de carteiras de investimentos e a manipulação dos números reportados nas DF poderia permanecer. A autora suportou as suas previsões pelas constatações seguintes: a) para reduzir a volatilidade no capital reportado e para manter flexibilidade para gerir a liquidez bancária e o risco de taxas de juros, e influenciar os resultados reportados depende da proporção que é mantida nos ativos classificados como IFDPV; b) bancos com política de liquidez e gestão de risco de taxas de juros muito acentuada classificam a maior parte dos seus ativos em IFDPV; e c) bancos com política de gestão de resultados e do capital através de rendimentos na venda de títulos têm igual tendência de classificar títulos como IFDPV.

Park, Park e Ro (1999) admitiram a possibilidade de que a classificação baseada nas intenções pudesse, pela subjetividade, acarretar alguma discrecionalidade e inflexibilidade na gestão das carteiras de investimento. Contudo, apontou que essa classificação baseada em intenções refletia alguns atributos relevantes para os investidores tais como: estratégia de investimentos e risco de liquidez. Os mesmos autores concluíram que os IFDPV são bons preditores de retornos das ações dos bancos e dos retornos discricionários enquanto os IFDAM apenas prediziam os retornos das ações.

A rigidez das normas na reclassificação dos instrumentos financeiros foi reduzida a partir das emendas feitas à *IAS 39* em outubro de 2008 (Fiechter, 2011). Os trabalhos que se seguiram debateram o impacto da flexibilidade adicional concedida pelas entidades normalizadoras nas DF reportadas pelos bancos europeus (e.g. Paananen, Renders & Shima, 2012; Fiechter, 2011; Quagli & Ricciardi, 2010).

Segundo Paananen *et al.* (2012) e Fiechter (2011) há evidências de que as reclassificações feitas pelos bancos após as emendas de 2008 assumam um carácter oportunista. Quagli e Ricciardi (2010) indicaram que os gestores se aproveitaram das reclassificações para evitar indicadores de desempenho financeiro fracos, o que é consistente com a conclusão de Fiechter

(2011) que encontrou evidências estatisticamente positivas do impacto que as reclassificações tiveram sobre os seguintes indicadores: Rentabilidade Ativo Total, Rentabilidade do Capital Próprio, Rácio Core TIER 1 e Rácio do Capital Regulatório Total.

Com base na revisão bibliográfica aqui exposta e considerando que o presente trabalho dispõe de uma base de dados que comporta dois períodos distintos, ou seja, o período cuja base de mensuração contabilística assentava no CH e o período mais recente assente no JV, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

***H2- Existe uma relação causal entre a discricionariedade dos accruals com alguns dos novos itens constantes das DF decorrentes da passagem do CH para o JV.***

Muitos estudos foram realizados no setor bancário para aferir o alisamento de resultados e do capital através das Provisões criadas pelos Créditos Duvidosos (PCD) também designados pela literatura inglesa como sendo *Loan Loss Provisions* (e.g. Bushman & Williams, 2012; Fonseca & González, 2008; Anandarajan, Hasan & McCarthy, 2007; Kanagaretnam, Lobo & Mathieu, 2001). Os bancos com bom desempenho atual e expectativas de mau desempenho futuro, tendem a economizar dinheiro para o futuro, reduzindo os resultados atuais por meio de *accruals*, o que sugere o aumento de PCD. Em situações contrárias, isto é, baixo desempenho atual e expectativa futura de bons resultados, os bancos tendem a aumentar os resultados atuais através de *accruals*, o que sugere a diminuição de PCD (Kanagaretnam *et al.*, 2001). Mediante esta constatação formula-se a seguinte hipótese de investigação:

***H3: Existe uma relação inversa entre a discricionariedade dos accruals e os PCD.***

Na secção seguinte apresenta-se a metodologia a utilizar no sentido de responder às questões de investigação e às hipóteses de investigação formuladas.

## 2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado com base numa amostra constituída por 22 bancos, sendo 11 de Portugal e outros 11 da Nigéria. A escolha destes países como integrantes da amostra respeita a dois motivos essenciais: o primeiro está relacionado com o facto de a dissertação se estar a desenvolver em Portugal; o segundo está relacionado com a preferência na inclusão no estudo de um país africano, que na impossibilidade de ter sido o país de origem do autor do trabalho, escolheu-se a Nigéria pela disponibilidade de dados suficientes para o estudo.

O período estudado é diferente para cada país. A diferença teve que ver com o período de início da implementação das *IAS/IFRS*. Era desejável que para cada período de diferente tipo de mensuração existissem, pelo menos, 5 anos observáveis, mas incorporou-se para Portugal o período global de 2000 a 2013 para melhor captar os efeitos da transição das normas em todo espaço de tempo disponível, sendo que de 2000 a 2004 corresponde a base de mensuração do CH e de 2005 a 2013 correspondente a base de mensuração ao JV. Para a Nigéria incorporou-se o período global de 2007 a 2013, sendo 2007 a 2011 correspondente à base de mensuração do CH e 2012 a 2013 à base de mensuração ao JV.

A primeira e a segunda parte da investigação contemplam 231 observações, sendo 154 correspondentes a Portugal e 77 correspondentes à Nigéria. A terceira fase da investigação correu apenas com observações nos anos em que se utiliza como base de mensuração o JV. Nesta fase, um dos bancos portugueses foi eliminado da amostra por não ter disponibilidade de informação correspondente às variáveis estudadas. Consequentemente, a amostra passou a ser formada por 112 observações, sendo 90 correspondentes a Portugal e 22 da Nigéria.

**Tabela 1.** Bancos que constituem a amostra

<i>n</i>	Bancos Portugueses	Bancos Nigerianos
1	BCP*	Access*
2	BES*	FBN*
3	BPI*	Fidelity*
4	CGD	Guaranty*
5	Montepio	UBA*
6	Satander Totta	Zenith*
7	BANIF*	Diamond*
8	BES Investimentos	FirstCity
9	BPP	Skye*
10	B. Investimentos e Imobiliário	Stanbic*
11	Caixa B. De Investimentos	Sterling*

**Notas:**

- 1) \* Bancos Cotados.
- 2) Definição dos bancos: BCP- Banco Comercial Português; BES- Banco Espírito Santo; BPI- Banco Português de Investimento; CGD- Caixa Geral de Depósitos; FBN- First Bank of Nigeria; UBA- United Bank for Africa.

Fonte: Elaboração própria

Os bancos não foram selecionados em função de um critério específico, antes correspondem à totalidade dos bancos cujas DF estão disponíveis para os períodos desejados em cada um dos países.

A informação foi retirada em DF de base individual, ou seja, não consolidada. A fonte de informação foi mista: uma parte foi obtida da base de dados *World Banking Information Source* (Bankscope), da Bureau van Dijk; a outra informação foi obtida através da consulta dos relatórios e contas dos bancos. Para a Nigéria, a recolha dos relatórios e contas foi efetuada junto da empresa privada Africanfinancials ([www.africanfinancials.com](http://www.africanfinancials.com)), que divulga informação financeira das empresas africanas. Para Portugal, a informação constante dos relatórios e contas foi acedida essencialmente através da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) e do BP ([www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)).

Relativamente à informação retirada diretamente dos relatórios e contas dos bancos, os valores correspondentes às variáveis em estudo foram extraídas no seu valor original. Deste modo, para permitir a comparabilidade dos dados, foram convertidos valores em Naira (Moeda nigeriana) e Escudos (Antiga moeda portuguesa) para milhares de Euros, sendo que os dados correspondentes ao câmbio foram retirados do *site* <http://www.oanda.com>.

**Tabela 2.** Taxas de câmbio usadas

<b>Data</b>	<b>NGN/EUR*</b>	<b>PTE/EUR**</b>
31/12/2000		0,0050
31/12/2007	0,0057	
31/12/2008	0,0050	
31/12/2009	0,0046	
31/12/2010	0,0049	
31/12/2011	0,0047	
31/12/2012	0,0048	
31/12/2013	0,0045	

**Notas:**

- 1) \*Naira/Euro.
- 2) \*\*Escudo/Euro.

Fonte: Elaboração própria

Os dados foram recolhidos e tratados inicialmente numa folha de *excel*. Posteriormente foram exportados para o *software IBM SPSS Statistics (SPSS)* versão 20, onde foram efetuados os diferentes testes estatísticos para aferir sobre as hipóteses de investigação.

## 2.1. Fases da Análise de Dados

Para atingir o objetivo central da investigação e validação das hipóteses do estudo foram observadas 3 fases fundamentais: a) procedeu-se com o teste da qualidade dos resultados divulgados pelos bancos; b) testou-se em seguida a melhoria da qualidade dos resultados divulgados comparando os dois períodos caracterizados pela base de mensuração CH e JV. No presente trabalho associa-se o CH ao período anterior à implementação das *IAS/IFRS* nos países em estudo e JV com o período que se caracteriza com a implementação das normas *IAS/IFRS*. Nesta mesma fase foi estabelecida a comparação da qualidade dos resultados divulgados por país; c) a terceira e última fase consistiu em proceder com o teste da relação causal entre a qualidade dos resultados divulgados com as variações ocorridas em determinadas variáveis que apareceram nas DF dos bancos após a adoção das *IAS/IFRS*.

## 2.2. Modelos de Análise

O estudo baseou-se fundamentalmente no modelo apresentado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995). Este modelo é denominado “Modelo modificado” de Jones (1991), por ter sido apresentado inicialmente por Jones (1991) e posteriormente aprimorado por Dechow *et al.* (1995). O modelo apresentado por estas autoras foi concebido para o setor industrial. Portanto, para o usar em instituições bancárias foi necessário adequá-lo ao setor. Os reajustes necessários foram encontrados em Ugbede, Lizam e Kaseri (2013). O modelo desenvolvido por

estes autores tem como objetivo estimar os *accruals* anormais também designados *accruals* discricionários. Segundo Martinez (2008), os *accruals* são valores que incorporam o lucro, mas que não implicam necessariamente movimentação de disponibilidade e são determinados a partir da fórmula seguinte:

$$TAC_{jt} = RAI_{jt} - FCO_{jt} \quad [1]$$

$TAC_{jt}$ - Total *accruals* do banco  $j$  no ano  $t$ ;

$RAI_{jt}$ - Resultado antes de impostos do banco  $j$  no ano  $t$ ;

$FCO_{jt}$ - Fluxo de caixa operacional do banco  $j$  no ano  $t$ .

Segundo Martinez (2008), a existência de *accruals* não tem em princípio nenhum inconveniente. O objetivo é computar os resultados da empresa no seu sentido económico, o que representa acréscimo efetivo na riqueza patrimonial da unidade económica independentemente da movimentação financeira. O problema está no facto de os gestores intencionalmente utilizarem esses *accruals* com intuito de influenciar os resultados. Portanto, uma parte dos *accruals* seriam resultantes de alterações provenientes da realidade do negócio, ou seja, os *accruals* não discricionários (*NDAC*) e outra parte seria artificial criada apenas com finalidade de gerir os resultados, isto é, os *accruals* discricionários (*DAC*). Usando a expressão [1] calculam-se os *accruals* totais (*TAC*), onde não se discriminam os *NDAC* dos *DAC*. Por outras palavras, com a fórmula [1] não são achados os aumentos ou diminuições intencionais originadas pelos gestores (Martinez, 2008).

Os *DAC* podem ser calculados fazendo a diferença entre os *TAC* e os *NDAC* ou podem-se considerar os erros de regressão do modelo como sendo a parte discricionária dos *accruals* (Martinez, 2008). Consensuais com Ugbede *et al.* (2013), os *NDAC* podem ser calculados por uma expressão similar à aplicada para empresas industriais sendo que se substitui a variável vendas por Rendimentos Brutos (RB) e contas a receber por Empréstimos Líquidos (EL). As restantes variáveis são mantidas, tal como se apresenta no modelo de Dechow *et al.* (1995). Importa notar que se trabalha com a variação das variáveis deflacionadas pelo total de ativos para reduzir a heterocedasticidade e facilitar a comparabilidade entre os bancos tal como foi feito por diferentes autores (e.g. Ugbede *et al.*, 2013; Jones, 1991).

Os *DAC* são uma *proxy* da qualidade dos resultados (e.g. Martinez 2008; Subramanyam 1996). Portanto, considera-se deteriorar-se a qualidade dos resultados reportados sempre que os *DAC* computados forem estatisticamente significativos. A fase inicial do presente trabalho consiste em estimar os *DAC* por banco e ano, sendo que quando se provar que seu valor absoluto é significativamente diferentes de zero, tal situação indica a existência de má qualidade dos resultados.

O modelo utilizado para estimar os *DAC*, que correspondem aos erros de estimação do modelo ( $\epsilon$ ) é o seguinte:

$$\frac{TAC_{jt}}{AT_{jt-1}} = \alpha_0 \left( \frac{1}{AT_{jt-1}} \right) + \alpha_{1j} \left( \frac{\Delta RB_{jt}}{AT_{jt-1}} - \frac{\Delta EL_{jt}}{AT_{jt-1}} \right) + \alpha_{2j} \left( \frac{AFT_{jt}}{AT_{jt-1}} \right) + \epsilon_{jt} \quad [2]$$

Onde:

$TAC_{jt}$  – Total de *accruals* do banco  $j$  no ano  $t$ , calculado segundo a expressão [1];

$AT_{jt-1}$  - Ativo total do banco  $j$  no período  $t-1$ ;

$\Delta RB_{jt}$  - Variação do rendimento bruto do banco  $j$  entre o período  $t$  e  $t-1$ ;

$\Delta EL_{jt}$  - Variações nos empréstimos líquidos do banco  $j$  entre o período  $t$  e  $t-1$ ;

$AFT_{jt}$  - Ativos fixos tangíveis do banco  $j$  no período  $t$ ;

$\varepsilon_{jt}$  – Erro de estimação que obedece às hipóteses clássicas dos modelos estimados por *Ordinary Least Squares*.

Algumas DF não forneciam o RB, mas antes um conjunto de rendimentos. Segundo Ugbede *et al.* (2013), o RB pode ser calculado somando: juros, rendimentos em comissões e serviços, rendimento em câmbio de moedas, rendimento em instrumentos de capital e outros rendimentos. A variável EL é dada, segundo os mesmos autores, pela diferença entre empréstimos totais e empréstimos duvidosos. O valor dos *DAC* apurado para cada banco e ano pode ser negativo, positivo ou zero. Quanto mais próximo de zero se encontrar, melhor será a qualidade dos resultados reportados pelo banco (e.g. Martinez, 2008; Jones, 1991). Assim, quando o valor dos *DAC* é positivo ou negativo isso significa que se verificou gestão dos resultados. Por conseguinte, aplicar-se-á o teste *t* para verificar se a média do valor absoluto dos *DAC* é diferente de zero.

Para testar a hipótese de investigação H1, ou seja, se a transição do CH para o JV melhorou a qualidade dos resultados divulgados pelos bancos, utilizou-se o teste de *Mann-Whitney U*. Contudo, para aquisição de estatísticas mais robustas aplicou-se a regressão logística expressa no modelo [3].

Segundo Marôco (2014), quando a variável dependente é dicotómica a regressão logística é a técnica a utilizar para modelar a ocorrência, em termos probabilísticos, de uma das realizações das classes da variável dependente.

Na regressão logística a probabilidade de ocorrência de um evento pode ser estimada diretamente. No caso da variável dependente  $Y$  assumir apenas dois estados (evento ocorrer-1 ou não ocorrer-0) e haver um conjunto de  $n$  variáveis independentes  $X_1, X_2 \dots X_n$ . O modelo de regressão logística pode ser escrito da seguinte forma:  $P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-g(x)}}$ . Ao se utilizar a regressão logística, a principal suposição é a de que o logaritmo da razão entre as probabilidades de ocorrência e não ocorrência do evento é linear  $\ln\left(\frac{P(Y=1)}{P(Y=0)}\right) = \beta_0 + X\beta_1 + X\beta_2 + \dots + X\beta_n$  (Zanine, 2007).

Segundo Zanine (2007), os coeficientes estimados ( $\beta_0, \beta_1, \beta_2 \dots \beta_n$ ) são medidas das variações na proporção das probabilidades, designadas de razão de desigualdade. Um coeficiente positivo indica aumento da probabilidade, ao passo que um valor negativo representa diminuição da probabilidade prevista.

Relativamente ao presente trabalho foi formulado o modelo, que se apresenta a seguir, para poder verificar se existem diferenças nos *accruals* entre os períodos em que é utilizada como base de mensuração o CH ou JV:

$$BC_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 |DAC|_{jt} + \alpha_2 País_{jt} + \delta_{jt} \quad [3]$$

Onde,

$BC_{jt}$  – Base de mensuração do banco  $j$  no ano  $t$ . Esta variável dependente é dicotómica e assume o valor 1 quando a base de mensuração usada pelo banco  $j$  no ano  $t$  for o CH, o valor 0 se a base de mensuração usada pelo banco  $j$  no período  $t$  for JV.

$|DAC|_{jt}$  – Valor absoluto dos *accruals* discricionários do banco  $j$  no ano  $t$ . Esta variável assume o valor absoluto dos *DAC*, sendo que o sinal assumido pelos *accruals* do banco  $j$  no período  $t$  não é relevante. Usando o valor absoluto reduz-se a dispersão dos valores. Analisou-se o coeficiente dado por  $\alpha_1$  e a exponencial do coeficiente  $\alpha_1$  para verificar a probabilidade de aumento ou diminuição da qualidade dos resultados reportados para os dois períodos. O sinal esperado desta variável no presente estudo é positivo e a  $exp(B)$  superior a 1, já que se assumiu para a variável  $BC_{jt}$  o valor 0 para o JV e 1 para o CH, consistentes com Khurana e Kim (2003) e Landsman (2007) que acharam melhoria da qualidade informativa do JV comparativamente ao CH.

$País_{jt}$  – Variável *dummy* incluída para finalidade de controlo. Assume o valor 1 para a Nigéria e 0 para Portugal.

$\delta_{jt}$  – Erro de estimação do modelo para banco  $j$  ano  $t$ .

Para validar as hipóteses de investigação H2 e H3, ou seja, testar a existência de uma relação causal entre a discricionariedade dos *accruals* com alguns dos novos itens constantes das DF decorrentes da passagem do CH para o JV, nomeadamente os IFDPV e IFDPN, adicionou-se ao modelo a variável PCD. Para além das três principais variáveis explicativas, incorporaram-se no modelo algumas variáveis de controlo: País e a variável mercado, esta última, identifica a situação do banco com relação ao mercado.

$$DAC_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{\Delta PCD_{jt}}{AT_{jt-1}} + \alpha_2 \frac{\Delta IFDPV_{jt}}{AT_{jt-1}} + \alpha_3 \frac{\Delta IFDPN_{jt}}{AT_{jt-1}} + \alpha_4 País_{jt} + \alpha_5 Mercado_{jt} + \varepsilon_{jt} \quad [4]$$

Onde,

$DAC_{jt}$  – *Accruals* discricionários do banco  $j$  no ano  $t$ , obtidos a partir da estimação do modelo [2];

$\Delta PCD_{jt}$  – Variação de provisões por créditos duvidosos ou ainda créditos que indicam incobrabilidade para o banco  $j$  no ano  $t$ . O coeficiente esperado desta variável é de sinal negativo, ou seja, espera-se uma relação inversa dos  $DAC_{jt}$  e a variável  $\Delta PCD_{jt}$  porque segundo Kanagaretnam *et al.* (2001), os bancos com bom desempenho atual e expectativas de mau desempenho futuro, tendem a economizar dinheiro para o futuro, reduzindo a resultados atuais por meio de *accruals*, o que sugere um aumento de  $\Delta PCD_{jt}$ . Em situações contrárias,

isto é, baixo desempenho atual e expectativa futura de bons resultados, os bancos tendem a aumentar os resultados atuais através de *accruals*, o que sugere uma diminuição de  $\Delta PCD_{jt}$ .

$\Delta IFDPV_{jt}$  - Variação de instrumentos financeiros disponíveis para venda do banco  $j$  no ano  $t$ . O coeficiente esperado da variável  $\Delta IFDPV_{jt}$  é positivo, ou seja, espera-se uma relação direta entre os  $DAC_{jt}$  e os  $\Delta IFDPV_{jt}$ , tomando em consideração as três predições de Beatty (1995) apresentadas a seguir: a) para reduzir a volatilidade no capital reportado, manter a flexibilidade de gerir a liquidez bancária, o risco de taxas de juros, e influenciar os resultados reportados é necessário manter uma proporção adequada de ativos classificados como IFDPV; b) bancos com uma política de liquidez e gestão de risco de taxas de juros muito acentuadas tendem a classificar uma grande parte dos seus ativos como IFDPV; c) e bancos com política de gestão de resultados e do capital através de rendimentos na venda de títulos têm igual tendência em classificar esses títulos como IFDPV. Por outras palavras, espera-se que as variações positivas dos IFDPV estejam associadas ao aumento dos  $DAC_{jt}$ .

$\Delta IFDPN_{jt}$  - Variação de instrumentos financeiros detidos para negociação ao JV através de resultados no banco  $j$  no ano  $t$ . Esta variável é pouco estudada. Contudo, foi incluída no modelo considerando a política de liquidez bancária apontada por Beatty (1995), segundo o qual os gestores podem classificar uma parte dos ativos dos bancos como IFDPN com a mesma finalidade que os classificam em IFDPV. Deste modo, e como se referiu para a variável IFDPV, perspectiva-se uma relação direta entre as  $\Delta IFDPN_{jt}$  e os  $DAC_{jt}$ .

$AT_{jt-1}$  - Ativos totais do banco  $j$  no ano  $t-1$ . As variáveis  $\Delta PCD_{jt}$ ,  $\Delta IFDPV_{jt}$ ,  $\Delta IFDPN_{jt}$  encontram-se deflacionadas pelo total de ativos do banco  $j$  no ano  $t-1$ .

$País_{jt}$  - Variável *dummy* de controlo que assume o valor 1 se o banco  $j$  no ano  $t$  pertence à Nigéria, 0 caso pertença a Portugal;

$Mercado_{jt}$  - Variável *dummy* de controlo que toma o valor 1 se o banco  $j$  no ano  $t$  é cotado, 0 caso contrário.

$\varepsilon_{jt}$  - Erro de estimação do modelo para o banco  $j$  e ano  $t$ .

Este modelo foi aplicado apenas para o período do JV que corresponde à base de mensuração aplicada na atualidade. Assim, interessa encontrar fatores que predizem os  $DAC$  reportados pelos bancos no período atual.

Na secção seguinte apresentam-se os principais resultados obtidos.

### 3. RESULTADOS

Esta secção apresenta e discute os resultados obtidos decorrentes do tratamento dos dados, de modo a aferir as hipóteses de investigação levantadas. Para melhor conhecimento da amostra, apresentam-se algumas estatísticas de tendência central de modo a caracterizar os bancos estudados e estabelecer uma comparação entre países e entre os dois períodos de mensuração em estudo: CH e JV.

Relembrar que o período de implementação da base de mensuração do JV foi para Portugal e Nigéria após a adoção das *IAS/IFRS*, sendo que a adoção das mesmas não se verificou em simultâneo para os dois casos. Os bancos portugueses passaram a implementar as *IAS/IFRS* em 2005 sob orientação da BP, após publicação do Decreto-lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e da Instrução nº 9/2005, de 11 de março. A partir do mesmo ano as DF passaram a ser apresentadas no padrão internacional. Os bancos Nigerianos por sua vez tiveram orientação do BCN para que passassem a implementar as *IAS/IFRS* em 2010. Contudo, só a partir de 2012 é que os bancos passaram a divulgar os seus relatórios segundo as *IAS/IFRS* (Terzungwe, 2012).

#### 3.1. Caracterização da Amostra

De modo a fornecer uma imagem global da amostra estudada selecionou-se a média e o desvio padrão como sendo as estatísticas ideais para verificar a tendência das variáveis seguintes: Capital Social (CS), RAI, FCO, RB, EL, AT e AFT. Foram também analisadas adicionalmente e separadamente as variáveis IFDPV, IFDPN e PCD porque apenas aparecem nas DF após a aplicação do JV.

O CS, TA e IC permitem a mensuração do tamanho dos bancos e foram introduzidas para controlar certas variações dos indicadores em estudo em relação à dimensão do banco. O tamanho dos bancos não veio a ser um aspeto determinante porque a seleção dos bancos teve como base a disponibilidade de informação. Por norma, os bancos que divulgam a informação são os cotados e outros que embora não sendo cotados são bastante representativos no

sistema financeiro dos países correspondentes. As variáveis RB, RAI e FCO permitem verificar o desempenho financeiro dos bancos na perspetiva económica e financeira.

**Tabela 3.** Caracterização da amostra por países e pela base de mensuração (JV e CH)

	<b>Bancos Nigerianos (Milhares de EUROS)</b>				<b>Bancos Portugueses (Milhares de EUROS)</b>			
	<b>CH (2007-2011)</b>		<b>JV (2012-2013)</b>		<b>CH (2000-2004)</b>		<b>JV (2005-2013)</b>	
	<b>Desvio</b>		<b>Desvio</b>		<b>Desvio</b>		<b>Desvio</b>	
	<b>Média</b>	<b>Padrão</b>	<b>Média</b>	<b>Padrão</b>	<b>Média</b>	<b>Padrão</b>	<b>Média</b>	<b>Padrão</b>
<b>CS</b>	<b>634.507,9</b>	466.382,5	<b>927.277,6</b>	542.466,5	<b>1.280.979</b>	1.666.835	<b>1.788.111</b>	2.020.222
<b>RAI</b>	<b>84.828,9</b>	102.749,4	<b>194.845</b>	181.672,1	<b>131.232</b>	252.329	<b>32.700,04</b>	438.142,5
<b>FCO</b>	<b>320.683</b>	849.348,3	<b>302.254,4</b>	642.164,2	<b>-122.206</b>	924.013,8	<b>248.239,6</b>	2.963.064
<b>RB</b>	<b>462.025,7</b>	345.250,8	<b>716.366,5</b>	437.447,1	<b>1.371.633</b>	1.766.012	<b>2.042.314</b>	2.019.768
<b>EL</b>	<b>1.602.060</b>	1.313.896	<b>2.546.910</b>	1.752.082	<b>10.865.999</b>	12.778.649	<b>20.632.517</b>	19.701.656
<b>AT</b>	<b>4.127.559</b>	2.963.005	<b>6.191.755</b>	4.032.315	<b>18.841.164</b>	22.128.859	<b>34.343.463</b>	33.429.908
<b>AFT</b>	<b>141.334,4</b>	97.960,16	<b>189.503,8</b>	140.213,1	<b>238.540,7</b>	292.019,4	<b>220.810,3</b>	229.423,6

**Nota:**

- 1) Definição das variáveis: CS- Capital Social, RAI- Resultados Antes de Impostos, FCO- *Cash Flow* Operacional, RB- Resultado Bruto, EL- Empréstimos Líquidos, AT- Ativos Totais, AFT- Ativos Fixos Tangíveis.

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados constantes da Tabela 3 verifica-se que as rubricas CS, AT e AFT assumem valores superiores para os bancos de Portugal e são superiores no período do JV, comparativamente ao CH. Esta última constatação não tem nenhuma explicação específica. Com maior naturalidade os bancos em grande maioria tendem a se recapitalizar com o decorrer dos anos para alargar o volume de negócios. Esta tendência move igualmente a variação das restantes variáveis. O maior desvio padrão na variável RAI para o período do JV, nos dois países, pode ser associado a uma das conclusões de Barth, Landsman e Lang (2008), segundo a qual a maior volatilidade dos resultados pode indiciar menor alisamento de resultados.

**Tabela 4.** Estatísticas descritivas para as variáveis do modelo [4] no período do JV

Variáveis	Portugal					Nigéria				
	n	Min	Max	Média	Desvio Padrão	n	Min	Max	Média	Desvio Padrão
<b>IFDPV</b>	90	0	0,74	0,11	0,10	22	0	0,66	0,23	0,58
<b>IFDPN</b>	90	0	0,52	0,07	0,12	22	0	0,57	0,08	0,15
<b>PCD</b>	90	0	0,24	0,03	0,04	22	0	0,19	0,03	0,05

**Notas:**

- 1) Definição de variáveis: IFDPV- Instrumentos Financeiros Disponíveis Para Venda; IFDPN- Instrumentos Financeiros Disponíveis Para Negociação e PCD- Provisões por Créditos Duvidosos. Todas estas variáveis se encontram deflacionadas pelo total do ativo do ano anterior.
- 2) Min- Mínimo.
- 3) Max-Máximo.

Fonte: Elaboração própria

Através da Tabela 4 pode-se notar que os IFDPV representam em média aproximada 11% do ativo total do ano anterior para Portugal e 23% para a Nigéria, o que significa que são economicamente mais representativos que os IFDPN que representam 7% e 8% para Portugal e Nigéria, respetivamente.

A análise de rácios permite ter uma ideia geral sobre o desempenho financeiro, em termos relativos, dos bancos nos dois países. Foram determinados <sup>5</sup>rácios de rentabilidade das receitas brutas (Para os bancos as vendas são designados RB). Outros rácios estudados são: <sup>6</sup>Rentabilidade do Capital Próprio (Aqui designado por CS) e a <sup>7</sup>Autonomia Financeira dos bancos. A tabela a seguir indica a tendência destes rácios registados em média no período analisado e por país (Ver também os Apêndices: Tabela A.1, Figuras: A.1 e A.2).

**Tabela 5.** Rácios financeiros médios do período (JV e CH)

Rácios	Bancos Nigerianos		Bancos Portugueses	
	CH (2007-2011)	JV (2012-2013)	CH (2000-2004)	JV (2005-2013)
RRB	19%	35%	10%	5%
RC	13%	19%	6%	2%
AF	17%	31%	12%	6%

**Nota:**

- 1) Definição de variáveis: RRB- Rentabilidade das Receitas Brutas, RC- Rentabilidade de Capitais, AF- Autonomia Financeira.

Fonte: Elaboração própria

<sup>5</sup> Rácios de Rentabilidade das Receitas Brutas=RAI/RB

<sup>6</sup> Rácio de Rentabilidade dos Capitais=RAI/CS

<sup>7</sup> Rácio de Autonomia Financeira=CS/AT

A partir da tabela anterior pode-se notar que os bancos nigerianos apresentam maior rentabilidade no período do JV em comparação com o período do CH. Essa tendência é contrária para os bancos portugueses, os quais apresentam maior rentabilidade no período do CH. Esta diferença pode ser explicada por várias razões das quais não foram objeto de estudo para a presente dissertação, mas pode-se associar à fraca rentabilidade dos bancos portugueses devido à crise financeira que teve o seu início em 2007, tendo incidido fortemente em bancos europeus (Crockett, 2008). Os dados são úteis para se ter uma percepção do desempenho dos bancos dos dois países nos períodos considerados.

### 3.2. Análise da Qualidade dos Resultados

Para melhor compreensão, recorda-se a primeira hipótese em estudo:

**H1- A transição do CH para o JV melhorou a qualidade dos resultados divulgados pelos bancos.**

Como referido na metodologia, para aferir a validade de H1, foram estimados os DAC para cada um dos bancos para os anos da amostra. Os coeficientes médios de estimação do modelo geral encontram-se plasmados na tabela a seguir.

**Tabela 6.** Coeficientes médios de estimação do modelo [2]

Variáveis Independentes	Sinal Esperado	Valor (P-Value)
(Constante)	?	0,002 (0.902)
$\frac{1}{AT_{jt-1}}$	?	19236,823 (0,45)
$\frac{\Delta RB_{jt}}{AT_{jt-1}} - \frac{\Delta EL_{jt}}{AT_{jt-1}}$	(+/-)	-0,082 (<0,001)
$\frac{AFT_{jt}}{AT_{jt-1}}$	(-)	2,712 (<0,001)
Estatística de F		F=17,407 (<0,001)
$r^2$		18.7%
Durbin Watson		1, 723
n		231

**Notas:**

- 1)  $\frac{TAC_{jt}}{AT_{jt-1}} = \alpha_0 \left( \frac{1}{AT_{jt-1}} \right) + \alpha_{1j} \left( \frac{\Delta RB_{jt}}{AT_{jt-1}} - \frac{\Delta EL_{jt}}{AT_{jt-1}} \right) + \alpha_{2j} \left( \frac{AFT_{jt}}{AT_{jt-1}} \right) + \varepsilon_{jt}$ .
- 2) Definição das variáveis:  $TAC_{jt}$  – Total de *accruals* do banco  $j$  no ano  $t$ ;  $AT_{jt-1}$ - Ativo total do banco  $j$  no período  $t-1$ ;  $\Delta RB_{jt}$ - Variação do rendimento bruto do banco  $j$  entre o período  $t$  e  $t-1$ ;  $\Delta EL_{jt}$ - Variações nos empréstimos líquidos do banco  $j$  entre o período  $t$  e  $t-1$ ;  $AFT_{jt}$ - Ativos fixos tangíveis do banco  $j$  no período  $t$ .
- 3)  $AT_{jt-1}$ - Ativos totais do banco  $j$  no período  $t-1$ , estes são usados com finalidade de deflacionar as variáveis.

- 4) O sinal que se esperava para o  $\alpha_2$  é negativo segundo Jones (1991). Contudo, no presente trabalho não se achou o mesmo. Relativamente a  $\alpha_1$ , Jones (1991) afirma não ser óbvio podendo ser negativo bem como positivo.
- 5) As estatísticas da ANOVA da regressão permitem testar as hipóteses  $H_0: \alpha_1 = \alpha_2 = \alpha_3 = 0$ , e  $H_1: \alpha_1 = \alpha_2 = \alpha_3 \neq 0$  onde  $F = 17,407$  associado ao  $p < 0,001$ , pelo que se pode rejeitar  $H_0$  em favor de  $H_1$ . Neste caso, o modelo é significativo. Observando as estatísticas de colinieridade, o *Variance Inflation Factor (VIF)* das variáveis explicativas é inferior a 10 pelo que se pode afirmar que não há indício de problemas de colinieridade (Marôco, 2014).
- 6) O  $r^2$  é inferior a 50%, ou seja, é baixo para o que se considerada aceitável em ciências sociais segundo Marôco (2014). Contudo, o valor encontrado não se encontra muito distante de trabalhos que usaram um modelo similar e que tiveram o  $r^2$  inferior a 50% (e.g. Jones, 1991; DeFond & Park, 1997).
- 7) Relativamente ao teste de *Durbin e Watson*, como se encontra próximo de 2, pode-se concluir que não existe autocorrelação positiva entre os resíduos (Marôco, 2014).

---

Fonte: Elaboração própria

Para testar a qualidade dos resultados como se referiu anteriormente, é necessário verificar se os  $|DAC|_{jt}$  são significativamente diferentes de zero. Para o efeito, recorreu-se ao teste *t de Student* tendo como hipóteses:  $H_0: \mu = 0$  vs.  $H_1: \mu \neq 0$ . O resultado do teste é apresentado na Tabela 7.

**Tabela 7.** Teste t-Student para uma amostra

Elementos do Teste	Valor ( <i>P-Value</i> )
Valor a testar	0
Média	0,094
Desvio Padrão	0,119
Estatística T	12,008
<i>p-value</i>	(<0,001)
n	231

---

Fonte: Elaboração própria

O resultado do teste permite rejeitar  $H_0$  com  $p < 0,001$ , podendo-se concluir que a evidência sugere que a média dos  $|DAC|$  é diferente de zero. Assim, confirma-se a existência de discricionariedade nos *accruals* denotando a utilização de práticas contabilísticas por parte dos bancos que influenciam os resultados, reduzindo assim a qualidade dos mesmos.

Estes resultados são consistentes com outras investigações no âmbito da *PAT* (e.g. Fundenberg & Tirole, 1995; Burgstahler & Dichev, 1997; Healy & Wahlen, 1999) que apontam que os gestores usam determinadas práticas contabilísticas que afetam os resultados, o que pode ser motivado por diversas razões.

### 3.3. Análise Comparativa entre a Contabilidade Baseada no Custo Histórico e Justo Valor

Depois de se ter apurado a existência do comportamento discricionário nos resultados repostados por parte dos bancos, tanto nigerianos como portugueses, passa-se a comparar os dois períodos em estudo - mensuração ao CH / mensuração ao JV- com vista a testar H1. O melhor teste para comparar as duas amostras, período de utilização do CH versus período de utilização do JV, seria o paramétrico (Marôco, 2014). Contudo, é necessário que se validem dois pressupostos: normalidade e homogeneidade das variâncias. Isso não foi verificado para este estudo. As variâncias entre os dois grupos não são homogêneas. Deste modo, recorreu-se ao teste não paramétrico *Mann-Whitney*. O teste de *Mann-Whitney* permitiu obter os seguintes resultados, os quais se encontram plasmados na tabela a seguir:

**Tabela 8.** Teste Mann-Whitney U para comparar grupos (JV e CH)

Elementos do teste	Valor (P-Value)
Valor do teste	5579
P-Value	(0.017)
n	231

Fonte: Elaboração própria

A análise deve efetuar-se a partir dum teste unilateral à esquerda (Marôco, 2014), pelo que se precisa apenas do valor de *P-Value* (exato) com  $H_0: F(JV) \geq F(CH)$  vs.  $H_1: F(JV) < F(CH)$ . Sendo o  $P_{UE} = 0,017 < 0,05$ , rejeita-se  $H_0$ . Assim, conclui-se que os scores dos  $DAC_{jt}$  do período JV são inferiores aos do grupo CH, ou seja, a transição do CH para o JV reduziu a discricionalidade dos resultados nos bancos. Estes resultados são conformes a  $H_1$ . Deste modo, pode-se afirmar que a transição do CH para o JV melhorou a qualidade dos resultados divulgados pelos bancos.

O mesmo teste foi aplicado para comparar o comportamento discricionário dos resultados entre Portugal e a Nigéria (Ver o Apêndices: Tabela A.2). Os resultados do teste *Mann-Whitney* foram os seguintes: Pretende-se fazer um teste unilateral à esquerda, pelo que importa apenas o *P-Value* unilateral (exato) com  $H_0: F(\text{Portugal}) \geq F(\text{Nigéria})$  vs.  $H_1: F(\text{Portugal}) < F(\text{Nigéria})$ . Sendo o  $P_{UE} = 0.216 > 0.05$  não se rejeita  $H_0$ , concluindo-se que os scores dos  $DAC_{jt}$  do grupo Portugal não são inferiores aos do grupo Nigéria.

Para melhor robustez, utilizou-se um Modelo de Regressão Logística, de modo a verificar o comportamento dos  $DAC_{jt}$  decorrentes da transição da mensuração pelo CH para o JV. A tabela a seguir apresenta os valores dessa análise:

**Tabela 9.** Regressão logística para prever a base de mensuração CH/JV

Variáveis Independentes	Sinal Esperado	Valor (P- Value)	Exp.(B)
(Constante)	?	17,811 ( <i>&lt;0,001</i> )	0,433
$ DAC _{jt}$	(+)	5,826 (0,016)	69,683
$País_{jt}$	?	11,586 ( <i>&lt;0,001</i> )	3,112
Teste Omnibus		33,859 ( <i>&lt;0,001</i> )	
Teste Hosmer & Lemeshow		8,735 (0,365)	
Cox & Snell $r^2$		13,6%	
Nagelkerke $r^2$		18,2%	
n		231	

**Notas:**

- 1)  $BC_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1|DAC|_{jt} + \alpha_2País_{jt} + \delta_{jt}$  .
- 2) Definição das variáveis:  $BC_{jt}$  – Base de mensuração do banco  $j$  no ano  $t$ . Esta variável dependente é dicotómica e assume o valor 1 quando a base de mensuração usada pelo banco  $j$  no ano  $t$  for o CH, o valor 0 se a base de mensuração usada pelo banco  $j$  no período  $t$  for JV;  $|DAC|_{jt}$  – Valor absoluto dos *accruals* discricionários do banco  $j$  no ano  $t$ ;  $País_{jt}$  – Variável *dummy* incluída com a finalidade de controlo. Assume o valo 1 para a Nigéria e 0 para Portugal.
- 3) De acordo com o teste de *Wald* as variáveis  $|DAC|$  ( $\chi^2_{Wald}(1) = 5,826$ ;  $p = 0,016$ ) e País ( $\chi^2_{Wald}(1) = 11,586$ ;  $p = 0,001$ ) são significativas para um nível de significância de 5%. Mais adiante analisa-se o significado do sinal positivo para o coeficiente dos  $|DAC|$ , de modo a tirarem-se conclusões relacionadas com o objetivo do uso deste modelo. Antes, o Teste Omnibus avalia o rácio de verosimilhança para verificar a significância do modelo ajustado pelas hipóteses seguintes  $H_0: \alpha_1 = \alpha_2 = 0$ : O modelo não é estatisticamente significativo e  $H_1: \alpha_1 = \alpha_2 \neq 0$ : O modelo é estatisticamente significativo (Marôco, 2014). Tendo-se encontrado o resultado seguinte  $G^2(2) = 33,859$ ;  $p < 0,001$  pelo que se rejeita  $H_0$  e assim pode-se concluir que existe pelo menos uma variável independente no modelo com poder preditivo sobre a variável dependente.
- 4) Relativamente ao teste Hosmer & Lemeshow para testar a significância do ajustamento do modelo aos dados o resultado indica  $\chi^2_{HL}(8) = 8,735$ ,  $p = 0,365$ . Assim, pode-se concluir que os valores estimados pelo modelo são próximos dos valores observados, o que significa que o modelo se ajusta aos dados.
- 5) O modelo classifica corretamente casos do JV com uma percentagem de 78,5% contra 52,7% de casos do CH. A percentagem de casos corretamente classificados na globalidade perfaz um total de 66.2%.

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 9 permite identificar duas variáveis explicativas estatisticamente significativas. Com este resultado pode-se também afirmar que o modelo é estatisticamente significativo. Como anteriormente referido. O objetivo fundamental desta análise consiste em verificar se a passagem do CH para o JV reduziu o comportamento discricionário dos bancos. Deste modo, interpretam-se em pormenor os resultados da Tabela 9. Sabe-se que a variável dependente,

que é dicotômica, apresenta os valores 0 para o JV e 1 para o CH e que o coeficiente de regressão obtido foi  $\chi^2_{Wald}(1) = 5,826$ ;  $p = 0,016$ , o  $\exp(B) = 69,683 > 1$ . Pode-se afirmar, com base no sinal do coeficiente, que a relação entre a variável dependente com a variável explicativa é positiva e estatisticamente significativa, o que implica que a passagem do CH para o JV corresponde a uma melhoria da qualidade dos resultados, ou seja, os bancos reduziram o comportamento discricionário na passagem do CH para o JV, corroborando com os resultados do teste *Mann-Whitney* e validando assim a hipótese H1, segundo a qual a transição do CH para o JV melhorou a qualidade dos resultados divulgados pelos bancos.

Estes resultados são consistentes com Khurana e Kim (2003), os quais estabeleceram uma comparação entre a aplicação do JV e do CH em termos da qualidade informativa para explicar o valor patrimonial dos bancos analisados. Estes autores concluíram que em geral a contabilidade do JV fornece informação mais relevante para prever o valor patrimonial dos bancos, face a valores objetivos do mercado disponíveis.

Barth, Landsman *et al.* (2008) compararam empresas que no período compreendido entre 1994 e 2003 aplicavam as *IAS/IFRS* contra empresas que no mesmo período não aplicavam as *IAS/IFRS*. Os autores concluíram que empresas que no período em estudo tinham já implementado as *IAS/IFRS* apresentaram, em geral, menos alisamento de resultados, menor gestão de resultados para níveis desejados pelos gestores e que a informação contabilística refletia de forma mais adequada as cotações das ações das empresas estudadas.

Ismail, Ziji e Dunstan (2013) usaram uma metodologia próxima à do estudo desenvolvido por Barth, Landsman *et al.* (2008). Deste modo, compararam três anos antes e três após a implementação das *IAS/IFRS* (2002 a 2009) utilizando uma base de dados de empresas da Malásia, tendo concluído que a adoção das *IAS/IFRS* está associada a alta qualidade dos resultados divulgados e sobretudo o mesmo período está associado a baixa gestão de resultados. Por outras palavras, os autores concluíram que os *DAC* são inferiores no período após a implementação das *IAS/IFRS*.

O presente estudo compara na amostra os mesmos bancos, mas em momentos diferentes. Designou-se período do CH como o anterior às *IAS/IFRS* e o designado período do JV aquele que coincide com a implementação das *IAS/IFRS*. Os resultados encontrados no presente estudo são semelhantes aos apresentados por Ismail *et al.* (2013) e Barth, Landsman *et al.* (2008), uma vez que se encontrou uma melhor qualidade dos resultados após a aplicação do JV ou período a partir do qual se implementaram as *IAS/IFRS*. Porém, estes resultados devem ser interpretados cautelosamente, porque a melhoria pode estar também associada a melhor qualidade das *IAS/IFRS* face às normas locais que eram aplicadas pelos países estudados.

Os dados aqui encontrados não implicam que não haja discricionabilidade no período em que é utilizada como base de mensuração o JV, embora reduzida para o caso específico dos bancos dos países em estudo. Face a esta constatação continua a ser necessário identificar as variáveis que expliquem, de modo significativo, o comportamento discricionário dos bancos. A próxima subsecção analisa alguns dos possíveis preditores dos *DAC* com a aplicação do JV.

### 3.4. Preditores do Comportamento dos *Accruals* Discricionários

Esta secção pretende responder às hipóteses de investigação H2 e H3 do estudo, definidas nos seguintes termos:

**H2- Existe uma relação causal entre a discricionariedade dos *accruals* com alguns dos novos itens constantes das DF decorrentes da passagem do CH para o JV.**

**H3: Existe uma relação inversa entre a discricionariedade dos *accruals* e os PCD.**

Antes de proceder com o modelo de regressão, efetuou-se uma análise de correlação bivariada para ter uma ideia geral sobre a correlação entre as variáveis.

**Tabela 10.** Coeficientes de correlação de Pearson

	$DAC_{jt}$	$\Delta IFDPV_{jt}$	$\Delta IFDPN_{jt}$	$\Delta PCD_{jt}$	$País_{jt}$	$Mercado_{jt}$
$DAC_{jt}$	1	0,103	-0,073	-0,271**	0,009	-0,077
$\Delta IFDPV_{jt}$	0,103	1	0,652**	-,074	-0,242*	0,239*
$\Delta IFDPN_{jt}$	-0,073	,652**	1	-,034	-,176	,201*
$\Delta PCD_{jt}$	-0,271**	-0,074	-0,034	1	0,273**	0,115
$País_{jt}$	0,009	-0,242*	-0,176	0,273**	1	0,329**
$Mercado_{jt}$	-0,077	0,239*	0,201*	0,115	0,329**	1

**Notas:**

- 1) Definição de variáveis:  $DAC_{jt}$  – *Accruals* discricionários do banco  $j$  no ano  $t$ ;  $\Delta PCD_{jt}$  – Variação de provisões por créditos duvidosos ou ainda créditos que indiciam incobabilidade para o banco  $j$  no ano  $t$ ;  $\Delta IFDPV_{jt}$  - Variação de instrumentos financeiros disponíveis para venda do banco  $j$  no ano  $t$ .  $\Delta IFDPN_{jt}$ -Variação de instrumentos financeiros detidos para negociação ao JV através de resultados no banco  $j$  no ano  $t$ . ;  $País_{jt}$ - Variável *dummy* de controlo que assume o valor 1 se o banco  $j$  no ano  $t$  pertence à Nigéria, 0 caso pertença a Portugal;  $Mercado_{jt}$ - Variável *dummy* de controlo que toma o valor se o banco  $j$  no ano  $t$  é cotado, 0 caso contrário. As variáveis  $\Delta PCD_{jt}$ ,  $\Delta IFDPV_{jt}$  e  $\Delta IFDPN_{jt}$  encontram-se deflacionadas pelo total de ativos do banco  $j$  no ano  $t-1$ .
- 2) \*\* Correlação é significativa a um nível de confiança de 0,01;
- 3) \*Correlação é significativa a um nível de confiança de 0,05.

Fonte: Elaboração própria

Através desta tabela pode-se antever a possibilidade de as  $\Delta PCD_{jt}$  serem o melhor preditor dos  $DAC_{jt}$ , uma vez que apresenta fraca correlação com outras variáveis independentes e uma forte correlação negativa com a variável dependente  $DAC_{jt}$ . Contudo, não se pode concluir que haja relação causal entre  $\Delta PCD_{jt}$  e  $DAC_{jt}$ . Nota-se uma correlação forte entre as variáveis  $\Delta IFDPV_{jt}$  e  $\Delta IFDPN_{jt}$ , podendo-se presumir que uma delas podia ser retirada do modelo. No entanto, preferiu-se incluir todas variáveis. A tabela seguinte fornece os resultados da regressão linear múltipla.

**Tabela 11.** Regressão linear múltipla dos preditores dos accruals discricionários

Variáveis Independentes	Sinal Esperado	Valor (P-Value)
(Constante)	?	-0,005 (0,598)
$\frac{\Delta IFDPV_{jt}}{AT_{jt-1}}$	(+)	0,027 (0,020)
$\frac{\Delta IFDPN_{jt}}{AT_{jt-1}}$	(+)	-0,042 (0,067)
$\frac{\Delta PCD_{jt}}{AT_{jt-1}}$	(-)	-3,622E-09 (0,003)
$Mercado_{jt}$	?	-0,018 (0,233)
$País_{jt}$	?	0,029 (0,132)
$r^2$		13.5%
Estatística de F		3,313 (0,008)
Teste Durbin-Watson		1,772
Teste White		27,226 (0,074)
Teste K-S		(0,647)
n		112

**Notas:**

1.  $DAC_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{\Delta PCD_{jt}}{AT_{jt-1}} + \alpha_2 \frac{\Delta IFDPV_{jt}}{AT_{jt-1}} + \alpha_3 \frac{\Delta IFDPN_{jt}}{AT_{jt-1}} + \alpha_4 País + \alpha_5 Mercado + \varepsilon_{jt}$
2. A definição de variáveis encontra-se na Tabela 10;
3. Nesta tabela apresentam-se os coeficientes de regressão do modelo que pretende testar se os novos itens introduzidos nas DF decorrentes da adoção das IAS/IFRS explicam o comportamento dos  $DAC_{jt}$ . As variáveis  $\Delta PCD_{jt}$  e  $\Delta IFDPV_{jt}$  apresentam t-Student= -3,05; p = 0,003 e t-Student = 2,369; p = 0,020, respetivamente. Estas são as únicas variáveis estatisticamente significativas no modelo. Pode-se assim dizer que são os melhores preditores dos  $DAC_{jt}$ .
4. Os resultados da inferência estatística do modelo fornece um  $r^2$  Ajustado muito baixo, ou seja, afirma-se que 13.5% da variabilidade total dos  $DAC_{jt}$  é explicada pelas variáveis independentes presentes.
5. O  $\rho^2$  é significativamente diferente de 0 porque o teste ANOVA da regressão que testa  $H_0: \alpha_1 = \alpha_2 \dots \alpha_5 = 0$  vs.  $H_1: \alpha_1 = \alpha_2 \dots \alpha_5 \neq 0$  obteve-se  $F = 3,313 \dots$  associado a um  $p < 0,010$  ( $P-Value = 0.008$ ) pelo que rejeita-se  $H_0$  em favor de  $H_1$ . Neste caso o modelo é altamente significativo.
6. O K-S, que testa  $H_0$ : Os resíduos seguem distribuição normal vs.  $H_1$ : Os resíduos não seguem distribuição normal, está associado ao  $P-Value$  (exato) = 0,647 > 0,05 pelo que não se rejeita  $H_0$ , afirmando-se que os resíduos seguem distribuição normal (Marôco, 2014) (Ver também os APÊNDICES: Tabela A.3, Figuras: A.3 e A.4).
7. O teste *Durbin Watson* que analisa a independência dos resíduos tendo como hipóteses  $H_0$ : os resíduos são independentes vs.  $H_1$ : os resíduos não são independentes, dá 1,772 próximo de 2 e encontra-se no intervalo de não rejeição de  $H_0$ , ou seja, autocorrelação nula de acordo com a tabela dos valores críticos: [1,766; (4 - 1,766) = 2,233], sendo o  $d_U = 1,766$  (Marôco, 2014).
8. O teste do *White*, ou seja, que testa a homogeneidade dos resíduos com as hipóteses  $H_0$ : As variâncias dos resíduos são homogêneas vs.  $H_1$ : As variâncias dos resíduos não são homogêneas, apresenta um  $P-Value = P(\chi^2(18) > 27,2264) = 0,074$ , o que leva à não se rejeitar  $H_0$ , assumindo assim a homogeneidade dos resíduos.

9. Para diagnosticar indícios de problemas de multicolinearidade, recorreu-se à análise do *VIF*, o qual apresenta para todas as variáveis independentes um valor inferior a 5. Assim, pode-se afirmar que não há indícios de multicolinearidade nas variáveis independentes que compõem o modelo.

---

Fonte: Elaboração própria

Após a apresentação na tabela anterior dos coeficientes de regressão do modelo [4], e apresentados todos os testes, pode-se afirmar que o modelo é válido e comprova-se a existência de uma relação causal entre a variável dependente  $DAC_{jt}$  com as variáveis explicativas  $\Delta PCD_{jt}$  e  $\Delta IFDPV_{jt}$ , sendo a relação inversa para a variável  $\Delta PCD_{jt}$  e direta com a variável  $\Delta IFDPV_{jt}$ , como esperado.

A relação entre os  $DAC_{jt}$  com os  $\Delta IFDPV_{jt}$  é positiva e está associada a um *P-Value* de 0,020, significativo a um nível de significância de 5%. Pode-se afirmar que a variação positiva das  $\Delta IFDPV_{jt}$  nas DF está associada ao aumento dos  $DAC_{jt}$ . Com este resultado valida-se parcialmente a H2, sendo que dos novos itens constantes das DF decorrentes da passagem do CH para o JV, apenas as  $\Delta IFDPV_{jt}$  predizem os  $DAC_{jt}$ .

Estes resultados são consistentes com Beatty (1995). Segundo esta autora: a) para reduzir a volatilidade no capital reportado, para manter a flexibilidade para gerir a liquidez bancária e o risco de taxas de juros, e influenciar os resultados reportados depende da proporção que é mantida em ativos classificados como IFDPV; b) bancos com uma política de liquidez e gestão de risco de taxas de juros muito acentuada classificam uma maior porção dos seus ativos em IFDPV; c) bancos com uma política de gestão de resultados e do capital através de ganhos na venda de títulos têm igual tendência para classificar títulos como IFDPV.

Os resultados do estudo demonstram que a variável  $\Delta IFDPN_{jt}$  não é preditor da variável  $DAC_{jt}$  porque o coeficiente está associado a um *P-Value* de 0,067 não significativo ao nível de significância de 5%. Esta variável foi incluída no estudo por que se entendeu que poderia contribuir para a explicação dos  $DAC_{jt}$ . Contudo, é raramente analisada em diversos estudos que avaliam os instrumentos financeiros.

Segundo Nissim e Penman (2007), a classificação de ativos como IFDPN é incomum, ou seja, menos frequente. Na amostra usada por estes autores apenas os maiores bancos é que classificavam uma parte significativa dos ativos como IFDPN, o que é consistente com os resultados apresentados na Tabela 4 onde apenas 7% e 8% de ativos foram classificados como IFDPV para Portugal e Nigéria, respetivamente.

Outro argumento que pode ser associado aos resultados do estudo tem que ver com as características de ativos classificados como IFDPV: são adquiridos com a intenção de revender de modo a tirar rendimentos no curto prazo, ou seja, são adquiridos com finalidade especulativa. Esta característica denota que esses instrumentos são transacionados com frequência no mercado (IAS 39, § 9; Nissim & Penman, 2007).

Khurana e Kim (2003) defendem que valores de ativos ao JV são relevantes quando obtidos num mercado que fornece dados objetivos. Assim sendo, é aceitável que os IFDPN não

expliquem os  $DAC_{jt}$  por serem naturalmente pouco usados para fins de gestão de resultados como foi constatado relativamente aos IFDPV.

Relativamente às  $\Delta PCD_{jt}$ , os resultados apresentados demonstram que os  $DAC_{jt}$  têm uma relação inversa com as  $\Delta PCD_{jt}$  divulgadas nas DF. À medida que as  $\Delta PCD_{jt}$  divulgadas aumentam, o impacto será inverso relativamente aos *accruals* que terão a tendência de reduzir e vice-versa. Este resultado é consistente na medida em que o coeficiente da variável  $\Delta PCD_{jt}$  é negativo e associado a um *P-Value* de 0,003, o que se considera estatisticamente significativo. Mediante estes resultados valida-se H3, pelo que pode-se afirmar que existe uma relação inversa entre a discricionariedade dos *accruals* e as  $\Delta PCD_{jt}$ .

Os resultados são consistentes com Kanagaretnam *et al.* (2001), segundo os quais os bancos com bom desempenho atual e expectativas de mau desempenho no futuro tendem a economizar dinheiro para o futuro, reduzindo os resultados atuais por meio de *accruals*, o que sugere um aumento de  $\Delta PCD_{jt}$ . Em situações contrárias, isto é, baixo desempenho atual e expectativa futura de bons resultados, os bancos tendem a aumentar os resultados atuais através de *accruals*, o que sugere a diminuição de  $\Delta PCD_{jt}$ .

# CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida tendo como meta identificar as implicações da transição da mensuração de certos ativos pelo CH para o JV sobre resultados reportados por bancos. Os bancos que constituíram a amostra para o estudo pertencem a Portugal e à Nigéria para um período compreendido entre 2000 a 2013. O período indicado é caracterizado por conter dois tempos distinguidos pelas bases de mensuração contabilística: CH e JV.

O estudo assenta nas hipóteses desenvolvidas no âmbito da *PAT*, a qual sustenta a existência de comportamentos que motivam os gestores das empresas a reportar resultados nas DF que possam favorecer os próprios gestores ou as empresas. Os gestores podem beneficiar de aberturas que as normas oferecem para fazer escolhas contabilísticas que alterem a real imagem da informação financeira divulgada (Watts & Zimmerman, 1990). Visto que as bases de mensuração contabilística norteiam as restantes normas que envolvem os elementos constituintes das DF, há interesse em identificar possíveis consequências da aplicação de cada uma delas nos resultados reportados.

Com base na revisão bibliográfica realizada, foram construídas e testadas três hipóteses de investigação. A primeira, “A transição do CH para o JV melhorou a qualidade dos resultados divulgados pelos bancos”. Para se poder aferir sobre esta predição recorreu-se ao modelo modificado de avaliação dos (*DAC*), original de Jones (1991), posteriormente aprimorado por Dechow *et al.* (1995) e do qual Ugbede *et al.* (2013) fizeram readaptação para o setor bancário. Os *DAC*, que são uma *proxy* de qualidade dos resultados, foram comparados para verificar se houve melhoria ou não na qualidade de resultados reportados pelos bancos após a transição do CH para o JV. Esta hipótese foi confirmada.

A segunda e a terceira hipóteses direcionam-se apenas para o período em que passou a vigorar o JV, de modo a identificar preditores dos *DAC* nesse período. A segunda, pretende aferir se “Existe uma relação causal entre a discricionariedade dos *accruals* com alguns dos novos itens constantes das DF decorrentes da passagem do CH para o JV”. A terceira, visa verificar se “Existe uma relação inversa entre a discricionariedade dos *accruals* e os PCD”.

Para aferir sobre estas hipóteses aplicou-se um modelo de regressão linear com três variáveis explicativas essenciais: IFDPV, IFDPN e PCD. A segunda hipótese foi confirmada parcialmente visto que apenas os IFDPV explicam os *DAC*. Em contrapartida a terceira hipóteses foi completamente validada.

Este estudo é um contributo para a literatura baseada na *PAT*, especificamente para o setor financeiro por procurar comparar as duas bases de mensuração: CH e JV. Adiciona à literatura trabalhos que tenham usado o modelo de Jones (1991) para o setor bancário, sendo que este modelo é frequentemente usado nos restantes setores. É interessante o complemento que faz na identificação da relação causal da discricionariedade com elementos atualmente divulgados nas DF. Adicionalmente este trabalho contribui para os mais recentes debates em torno da mensuração dos instrumentos financeiros.

### **Limitações e Futuras Linhas de Investigação**

Para além das contribuições que este trabalho apresenta, sugere-se para futuros estudos o aperfeiçoamento dos modelos a aplicar para avaliar os *DAC* para o setor bancário. A melhoria dos modelos de análise dos *DAC* contribuirá para melhores estimativas e aumentará o número de pesquisas relacionadas no setor financeiro.

O presente trabalho, apesar de identificar a melhoria dos resultados com a transição do CH para o JV, não exterioriza outros fatores normativos que não estão implícitos nas bases de mensuração, potenciais explanadores da melhoria da qualidade dos resultados na passagem do CH para o JV. Os mesmos podiam ser evidenciados em trabalhos futuros de modo a apurar claramente em que medida a transição do CH para o JV influenciou a qualidade de resultados independentemente dos fatores relacionados com a evolução das normas da contabilidade. Em outras palavras a passagem do CH para o JV está associado com a passagem da aplicação das normas contabilísticas locais para as normas *IAS/IFRS* o que sugere possível qualidade comparativa destas últimas em relação às anteriormente aplicadas localmente.

Sabendo que as *IAS/IFRS* e conseqüentemente o JV são aplicados em países de diversificado nível económico, cujas condições de mercados diferem, poder-se-á, em futuros estudos, formar uma amostra constituída por bancos que transacionam em mercados ativos e outros bancos que transacionam em mercados não ativos. Essa comparação serviria de evidência às entidades normalizadoras locais para a necessidade ou não de reajustamentos a serem feitos às normas internacionais concernentes à base de mensuração do JV, tomando em consideração as condições básicas exigíveis pelas normas, confrontadas às localmente possíveis.

## REFERÊNCIAS

- Abarbanell, J. & Lehavy, R. (2003). Can stock recommendations predict earnings management and analysts' earnings forecast errors? *Journal of accounting research*, 41(1), 1-32.
- Allen, F. & Carletti, E. (2006). Mark-to-market accounting and liquidity pricing. *Journal of accounting and economics*, 45(2), 358-378.
- Allen, F. & Carletti, E. (2008). The role of liquidity in financial crises. Acedido a 31 de julho de 2015, em SSRN 1268367.
- Allen, F. & Santomero, A. (2001). What do financial intermediaries do? *Journal of banking and finance* 25(2), 271-294.
- Anandarajan, A., Hasan, I. & McCarthy, C. (2007). Use of loan loss provisions for capital, earnings management and signalling by Australian banks. *Accounting and finance*, 47(3), 357-379.
- Asquity, P., Healy, P. & Palepu, K. (1989). Earning and stock splits. *The accounting review*, 66(3), 387-403.
- Baker, T., Collins, D. & Reitega, A. (2003). Stock option compensation and earnings management incentives. *Journal of accounting, Auditing & Finance*, 18(4), 557-582.
- Barth, M. (1994). Fair value accounting: evidence from investment securities and the market valuation of banks. *The accounting review*, 69(1), 1-25.
- Barth, M. (2004). Fair values and financial statement volatility. In Borio, C., Hunter, W., Kaufman, G. & Tsatsaronis, K. *Market discipline across countries and industries*. (1ª Edição) (323-333), London: The MIT press.
- Barth, M., Beaver, W. & Landsman, W. (1996). Value-relevance of banks fair value disclosures under SFAS 107. *Accounting and regulatory*, 71(4), 513-537.
- Barth, M., Beaver, W. & Wolfson, M. (1990). Components of earnings and the structure of bank share prices. *Financial Analysts Journal*, 46(3), 53-60.
- Barth, M., Hodder, L. & Stubben, S. (2008). Fair value accounting for liabilities and own credit risk. *The accounting review*, 83(3), 629-664.
- Barth, M., Landsman, W. & Lang, M. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498.
- Barth, M., Landsman, W. & Wahlen, J. (1995). Fair value accounting: effects on banks earnings volatility, regulatory capital, and value of contractual cash flows. *Journal of Banking & Finance*, 19(3), 577-605.
- Beatty, A. (1995). The effects of fair value accounting on investment portfolio management: how fair is it. *Federal Reserve Bank of St. Louis Review* 77(1), 25-39.

- Beaudoin, C., Cianci, A. & Tsakumis, G. (2015). The impact of CFO's incentives and earnings management ethics on their financial reporting decisions : the mediating role of moral disengagement. *Journal of business ethics*, 128(3), 505-518.
- Beneish, M. & Press, E. (1993). Costo of technical violation of accounting-based debt covenants. *The accounting review*, 68(2), 233-257.
- Bergstresser, D. & Philippon, T. (2006). CEO incentives and earnings management. *Journal of financial economics*, 80(3), 511-529.
- Bhattacharya, U., Daouk, H. & Welker, Q. (2003). The world price of earnings opacity. *The accounting review*, 78(3), 641-678.
- Burgstahler, D. & Dichev, I. (1997). Earning management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of accountings and economics*, 24(1), 99-126.
- Bushman, R. & Williams, C. (2012). Accounting discretion, loan loss provision, and discipline of banking risk-taking. *Journal of accounting and economics*, 54(1), 1-18.
- Crockett, A. (2008). Market liquidity and financial stability. Financial Stability Review. *Banque de France Financial Stability Review*, 13-17.
- Damodaran, A. (2002). *Investment valuation: tools and techniques for determining the value of any asset*. (3ª Edição). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Damodaran, A. (2010). *The dark side of valuation*. (2ª Edição). New Jersey: Pearson Education, Inc.
- Dechow, P., Sloan, R. & Sweeney, A. (1995). Detecting earning management. *The accounting Review*, 70(2), 193-225.
- DeFond, M. & Park, C. (1997). Smoothing income in anticipation of future earnings. *Journal of accounting and economics*, 23(2), 115-139.
- Diana, C. (2009). Historical Cost versus fair value. *Annals of Faculty of Economics*, 3(1), 860-865.
- Dichev, I. & Skinner, D. (2002). Large-sample evidence on the covenant hypothesis. *Journal of accounting reseach*, 40(4), 1091-1123.
- Dumontier, P. & Labelle, R. (1998). Accounting earning and firm valuation: the French case. *European accounting review*, 7(2), 163-183.
- Dumontier, P. & Raffournier, B. (2002). Accounting and capital markets: a survey of the European evidence. *European accounting review*, 11(1), 119-151.
- Eccher, E., Ramesh, k. & Thiagarajan, S. (1996). Fair value disclosures by bank holding companies. *Journal of accounting and economics*, 22(1), 79-117.
- Enria, A., Cappiello, L., Dierick, F., Dierick Grittini, S., Haralambous, A., Maddaloni, A., Molitor, P., Pires, F. & Poloni, P. (2004). Fair value accounting and financial stability. *European Central Bank, occasional paper series 13*, 4-45.

- Fargher, N. & Zhang, J. (2014). Changes in the measurement of fair value: implications for accounting earnings. *Accounting forum*, 38(3), 184-199.
- Fiechter, P. (2011). Reclassification of financial assets under IAS 39: impact on european banks financial statement. *Accounting in Europe*, 8(1), 49-67.
- Financial Accounting Standards Board (1993). Statement of Financial Accounting Standards N° 115: Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities. Acedido a 30 de dezembro de 2014, em <http://www.fasb.org>.
- Financial Accounting Standards Board (2006). Statement of Financial Accounting Standards N°157: Fair Value Measurements. Acedido a 31 de julho de 2015, em <http://www.fasb.org>.
- Fonseca, A. & González, F. (2008). Cross-country determinants of bank income smoothing by managing loan-loss provisions. *Journal of banking and Finance*, 32(2), 217-228.
- Fudenberg, D. & Tirole J. (1995). A theory of income and dividend smoothing based on incumbency rents. *Journal of political economy*, 103(1), 75-93.
- Georgiou, O. & Jack, L. (2011). In pursuit of legitimacy: a history behind fair value accounting. *The British review*, 43(4), 311-323.
- Godfrey, J. & Jones, K. (1999). Political cost influences on income smoothing via extraordinary item classification. *Accounting and Finance*, 39(3), 229-254.
- Goncharov, I. & Zimmermann J. (2006). Do accounting standards influence the level of earning management: Evidence from Germany? Acedido 07 de julho de 2015, em <http://ssrn.com/abstrTAC=386521>.
- Healy, P. & Palepu, K. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1), 405-440.
- Healy, P. & Wahlen J. (1999). A review of the earning management literature and its implications for standard setting. *American Accounting Association*, 13(4), 365-383.
- International Financial Reporting Standards (2008). Reclassification of Financial Assets: Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures. Acedido a 21 de julho de 2015, em <http://www.ifrs.org>.
- International Financial Reporting Standards (2012). International Financial Reporting Standard N° 13: Fair Value Measurement. Acedido a 22 de outubro de 2015, em <http://www.ifrs.org>.
- International Financial Reporting Standards (2012). International Accounting Standard N° 39: Financial Instruments: Recognition and Measurement. Acedido a 24 de julho de 2015, em <http://www.ifrs.org>.

- International Financial Reporting Standards (2012). International Financial Reporting Standard N° 7: Financial Instruments: Disclosures. Acedido a 27 de julho de 2015, em <http://www.ifrs.org>.
- International Financial Reporting Standards (2014). International Financial Reporting Standard N° 9 : Financial Instruments. Acedido a 27 de janeiro de 2015, em <http://www.ifrs.org>.
- Ismail, W., Zijl, T. & Dunstan, K. (2013). Earning quality and the adoption of IFRS-based accounting standards: Evidence from an emerging market. *Asian review of accounting*, 21(1), 1-31.
- Jaggi, B. & Lee, P. (2002). Earnings management response to debt covenant violations and debt restructuring. *Journal of accounting, Auditing & Finance*, 17(4), 295-324.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Jones, J. (1991). Earning management during important relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228.
- Kanagaretnam, K., Lobo, G. & Mathieu, R. (2001). Managerial incentives for income smoothing through bank loan loss provisions. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 20(1), 63-80.
- Khurana, I. & Kim, M. (2003). Relative value relevance of historical cost vs. fair value: evidence from bank holding companies. *Journal of accounting and public policy*, 22(1), 19-42.
- Kim, B., Lisic, L. & Pevzner, M. (2011). Debt contracting and real earnings management. *Working paper. American University*. Acedido a 26 de setembro de 2015, em <https://scholar.google.pt>.
- King, A. (2002). *Valuation: What assets are really worth?* (1ªEdição). New York: John Wiley and Sons, inc.
- Krumwiede, T. (2008). Fair value accounting: Why historical cost accounting makes sense. *The association of accountants and financial professionals in business*. Acedido a 1 de dezembro de 2014, em <http://search.proquest.com>.
- Labardin, P. & Fabre, K. (2011). Entre coût historique et valeur de marche une histoire de la valeur comptable en France (XIXe-début XXe siècle). In *Comptabilités, économie et société*. Acedido a 31 de julho de 2015, em <https://ideas.repec.org>.
- Landsman, W. (2007) Is fair value accounting information relevant and reliable? Evidence from capital market research. *Accounting and business research*, 37(1), 19-30.
- Laux, C. & Laux, V. (2009). Board committees, CEO compensation and earnings management. *The accounting review*, 80(3), 869-891.
- Laux, C. & Leuz, C. (2010). Did fair-value accounting contribute to the financial crisis? *Journal of economic perspectives*, 24(1), 93-118.

- Louis, H. & Robinson, D. (2005). Do managers credibly use accruals to signal private information? Evidence from the pricing of discretionary accruals around stock splits. *Journal of accounting and economics*, 39(2), 361-380.
- Man, M., Ravas, B. & Gadau, L. (2011). Historic cost versus fair value. *Polish journal of management studies*, 4, 135-150.
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. (6.ª Edição). Perô Pinheiro: Report Number.
- Martinez, A. (2008). Detetando earnings management no Brazil: Estimando os accruals discricionários. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 19(46), 7-17.
- McNichols, M. & Dravid, A. (1990). Stock dividends, stock splits and signaling. *The journal of finance*, 45(3), 857-879.
- Mendes, C. & Rodrigues, L. (2007). Determinantes da manipulação contabilística. *Revista de estudos politécnicos*, 4(7), 189-210.
- Michelson, S., Wagner, J. & Wootton, C. (1995). A market based analysis of income smoothing. *Journal of business finance and accounting*, 22(8), 1179-1192.
- Moreira, J. (2009). Investigação em contabilidade financeira: Três contribuições seminais. In Major, M., Vieira, R. *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, metodologia e prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Nelson, K. (1996). Fair value accounting for commercial banks: an empirical analysis of SFAS 107. *The accounting review*, 71(2), 161-182.
- Nissim, D. & Penman, S. (2007). Fair value accounting in the banking industry. Acedido a 11 de agosto de 2015, em <http://academiccommons.columbia.edu>.
- Novoa, A., Scarlata, J. & Sole, J. (2009). *Procyclicality and fair value accounting* (Vol. 9). International Monetary Fund.
- Ogien, D. (2008). *Comptabilité et audit bancaires*. (2ª Edição). Paris :Dunod.
- Paananen, M., Renders, A. & Shima, k. (2012). The amendment of IAS 39: determinants of reclassification behavior and capital market consequences. *Journal of accounting auditing and finance*, 27(2), 2008-235.
- Park, M., Park, T. & Ro, B. (1999). Fair value disclosures for investment securities and bank equity: evidence from SFAS nº 115. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 14(3), 347-370.
- Penman, S. (2007). Financial reporting quality: is fair value a plus or a minus. *Accounting and business research*, 37(1), 33-44.
- Quagli, A. & Ricciardi, M. (2010). The IAS 39-October 2008 amendment as another opportunity of earnings management: an analysis of the european banking industry. Acedido a 29 de julho de 2015, em *SSRN 1639925*.

- Richard, J. (2004). The secret past of fair value: lessons from history applied to the french case. *Accounting in Europe* 1(1), 95-107.
- Saboly, M. (2003). La prudence comptable : perspectives historique et théorique. *Comptabilité-Contrôle-Audit*, (1), 153-169.
- Sankar, M. & Subramanyam, K. (2001). Reporting discretion and private information communication through earnings. *Journal of accounting research*, 39(2), 365-386.
- Subramanyam, K. (1996). The pricing of discretionary accruals. *Journal of accounting and economics*, 22(1), 249-281.
- Sweeney, A. (1994). Debt-covenant violations and managers accounting responses. *Journal of accounting and economics*, 17(3), 281-308.
- Terzungwe, N. (2012). Challenges of converging to IFRS in Nigeria. *International journal of business and information technology*, 2(2), 26-31.
- The World Bank (2013). Rethinking the role of the state in finance. *Global financial development report*. Acedido a 17 de agosto de 2015, em [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org).
- Ugbede, O., Lizam, M. & Kaseri, A. (2013). Corporate governance and earnings management: empirical evidence from malasian and nigerian banques. *Asian journal of management sciences and education*, 2(4), 11-21.
- Watts, R. & Zimmerman J. (1990). Positive accounting theory: a ten years perspective. *The accounting review*, 65(1), 131-156.
- Zanine, A. (2007). Regressão logística e redes neurais artificiais: um problema de estrutura de preferência do consumidor e classificação de perfis de consumo. *Faculdade de Economia Aplicada FEA/UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora*. Acedido a 04 de agosto de 2015, em [www.ufjf.br/seminarios\\_ppgea/files/2013/07/td\\_007\\_20071](http://www.ufjf.br/seminarios_ppgea/files/2013/07/td_007_20071).

# APÊNDICES

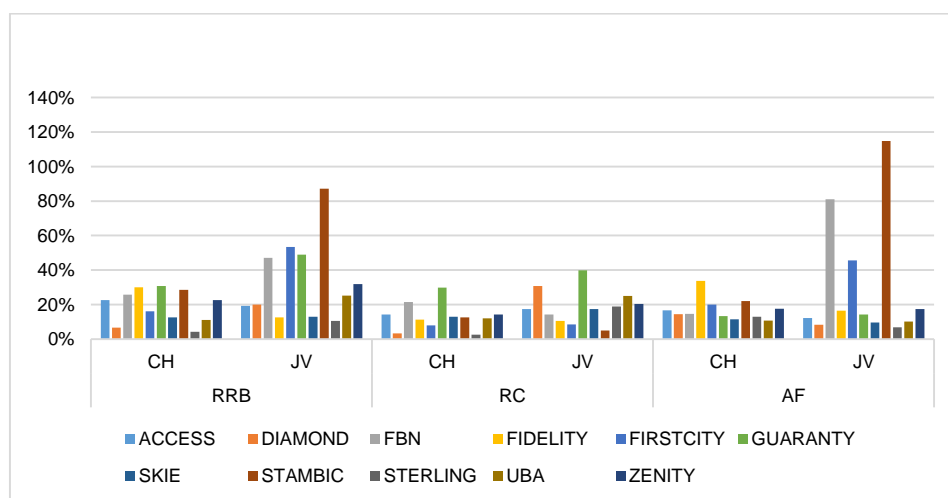
**Tabela A.1.** Rácios de rentabilidade bancária registada nos dois períodos do CH e JV.

	RRB		RC		AF			RRB		RC		AF	
	CH	JV	CH	JV	CH	JV		CH	JV	CH	JV	CH	JV
<b>ACCESS</b>	23%	19%	14%	17%	17%	12%	<b>BANIF</b>	7%	17%	7%	26%	6%	5%
<b>DIAMOND</b>	7%	20%	3%	31%	15%	8%	<b>BCP</b>	10%	9%	11%	18%	8%	5%
<b>FBN</b>	26%	47%	21%	14%	15%	81%	<b>BES</b>	11%	4%	6%	4%	6%	7%
<b>FIDELITY</b>	30%	13%	11%	11%	34%	17%	<b>BES INV</b>	13%	14%	9%	15%	16%	9%
<b>FIRSTCITY</b>	16%	53%	8%	9%	20%	46%	<b>BII</b>	2%	1%	35%	1%	3%	4%
<b>GUARANTY</b>	31%	49%	30%	40%	13%	14%	<b>BPI</b>	15%	5%	5%	37%	43%	3%
<b>SKIE</b>	13%	13%	13%	17%	12%	10%	<b>BPP</b>	12%	6%	11%	6%	7%	6%
<b>STAMBIC</b>	28%	87%	13%	5%	22%	115%	<b>CAIXA BI</b>	11%	14%	6%	15%	17%	12%
<b>STERLING</b>	4%	11%	3%	19%	13%	7%	<b>CGD</b>	15%	2%	13%	1%	8%	5%
<b>UBA</b>	11%	25%	12%	25%	11%	10%	<b>MONTEPIO</b>	13%	1%	16%	13%	10%	4%
<b>ZENITY</b>	23%	32%	14%	20%	18%	17%	<b>S.TOTTA</b>	6%	9%	12%	14%	4%	4%

**Nota:**

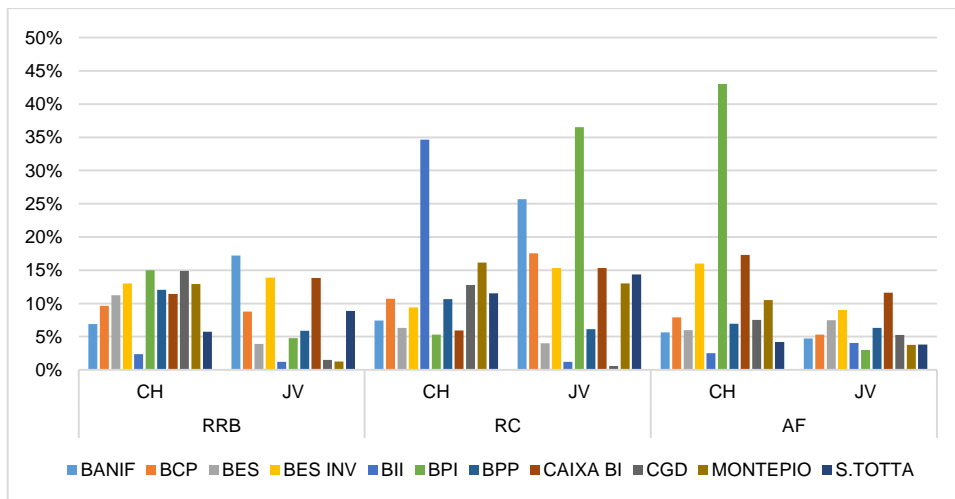
Definição dos bancos: BCP- Banco Comercial Português; BES- Banco Espírito Santo; BPI- Banco Português de Investimento; CGD- Caixa Geral de Depósitos; FBN- First Bank of Nigeria; UBA- United Bank for Africa

Fonte: Elaboração própria



**Figura A.1.** Gráfico correspondente aos rácios de rentabilidade bancária para Nigéria.

Fonte: Elaboração própria



**Figura A.2.** Gráfico correspondente aos rácios de rentabilidade bancária para Portugal.

Fonte: Elaboração própria

**Tabela A.2.** Teste *Mann-Whitney U* para comparar DAC dos grupos (Portugal e Nigéria)

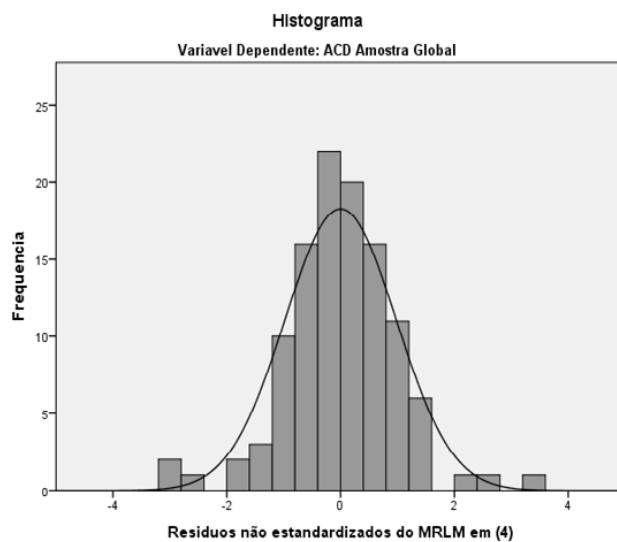
Parâmetros do teste	Valor ( <i>P-Value</i> )
Mann-Whitney U	5552
<i>P-Value</i>	(0,216)
n	231

Fonte: Elaboração própria

**Tabela A.3.** Teste K-S da normalidade da distribuição estatística dos resíduos do modelo [4]

Parâmetros do teste	Valor ( <i>P-Value</i> )
Média	0
Desvio Padrão	0,068
Kolmogorov-Smirnov (Z)	0.723
<i>P-Value</i>	(0,647)
n	112

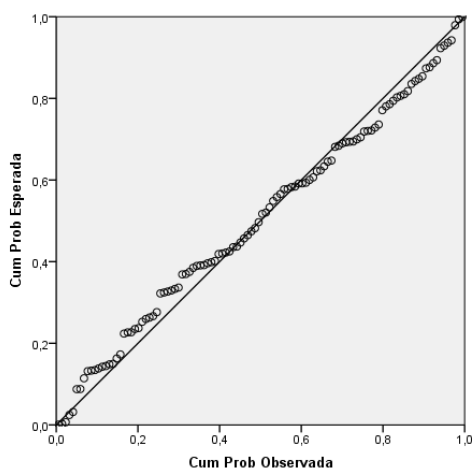
Fonte: Elaboração própria



**Figura A.3.** Histograma da Normalidade dos Resíduos não estandardizados da regressão linear do modelo [4]

Fonte: Elaboração própria

Gráfico da normalidade dos resíduos não estandardizados da MRLM em (4)



**Figura A.4.** Gráfico da Normalidade dos Resíduos não estandardizados da regressão linear do modelo [4]

Fonte: Elaboração própria